



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 14/2020**

**CARTA-CONTRATO N. 14/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0000221-23.2020.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 15/2020**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA PERICIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ 07.765.850/0001-20, com sede na Rua Cruzeiro, nº 574 - sala 08, Bairro: Boa Viagem, CEP: 51.030-620, Município de Recife, Estado de Pernambuco, Telefone(s): (81) 3093-4586/(81) 99974-5574, E-mail(s): [marcilio.brito@gmail.com](mailto:marcilio.brito@gmail.com), neste ato representada por **MARCILIO JOSÉ SANTOS DE BRITO**, brasileiro, Cédula de Identidade RG nº 1.754.547/SSP-CE e CPF nº 265.912.354-34.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 3555/2000, 9.507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

**Ato de Autorização da Licitação:** DESPACHO Nº 531/2020 - PRES/DG/GABDG, de 17/04/2020.

**Ato de Homologação do Pregão Eletrônico:** DECISÃO Nº 9/2020 - PRES/DG/GABDG, de 05/06/2020.

**DO OBJETO**

**(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços comuns de engenharia para elaboração de 1 (um) laudo técnico de engenharia pericial no Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

TABELA 1			
ITEM	Descrição	unidade	quantidade
01	Realização de vistoria técnica especializada para o mapeamento das patologias estruturais da edificação do edifício sede e elaboração de Laudo de Perícia Técnica, apontadas no Relatório de Vistoria Técnica de Patologia Predial, em conforme com as normas da ABNT.	Laudo	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – O detalhamento relativo ao presente objeto está descrito no Capítulo 2, letra A, do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Segunda** – Quanto ao local de execução, os serviços objeto desta Carta-Contrato deverão ser executados no edifício Sede do TRE-RO, apresentado no Capítulo 2, letra G, do Termo de Referência respectivo e na tabela a seguir:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
1	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental referentes a esta contratação, conforme detalhado, no Capítulo 4, letra B, Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Quarta** – A partir da assinatura desta Carta-Contrato a CONTRATADA declara e ratifica que foram atendidos e que serão mantidos regulares os requisitos, as condições, as habilitações e as qualificações em geral, especialmente as habilitações e qualificações indicadas no Capítulo 7, letras E, F e G, no Capítulo 8 e no Capítulo 10, letra A, incisos vi, vii, viii, ix e x, do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Quinta** – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica declaração de ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência correspondente, incluindo seus Anexos, entre eles:

ANEXO I - RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA DE PATOLOGIA [0496275](#);

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL [0515596](#);

ANEXO V - ACEITAÇÃO DE RT E DECLARAÇÕES [0515635](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado, e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

**DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Quanto à execução e recebimento dos serviços, devem ser observadas as seguintes condições:

**I** - É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto do Termo de Referência;

**II** - O prazo de início da execução dos serviços será contado a partir da data registrada na ordem de serviços;

**III** - A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as etapas e o cronograma apresentado;

**IV** - O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;

**V** - Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário;

**VI** - Os serviços somente serão considerados entregues desde que executados de acordo com a descrição do objeto e acompanhado da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). O não atendimento a este item poderá ocasionar eventual aplicação de penalidade e inexecução do objeto;

**VII** - O Objeto não será recebido em atrasos superiores a 15 (quinze) dias. Nessa situação poderá ser declarada a inexecução total ou parcial do objeto e aplicação das penalidades previstas neste instrumento e no TR; e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VIII** - Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento por parte da fiscalização, que será realizado da seguinte forma:

- a) PROVISORIAMENTE: dispensado, nos termos do art. 29, §2, II, III, da IN 004/2008/TRE-RO; e
- b) DEFINITIVAMENTE: em até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação formal da conclusão do Objeto pela CONTRATADA.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Quanto à subcontratação, deverão ser observadas as condições a seguir:

**I** - Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:

a) A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

1. Razão Social;
2. CNPJ;
3. Nome e CPF do(s) sócio(s);
4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados; e
6. Justificativa para subcontratação.

b) Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais; e

d) A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **OS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 57, I e seus §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de assinatura deste instrumento via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**Subcláusula Primeira** – O prazo de execução dos serviços será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

**Subcláusula Segunda** - O prazo de vigência poderá ser prorrogado caso autorizada a prorrogação do prazo de execução do objeto, a juízo da Administração e justificada pela Autoridade competente, obedecidas as normas legais, entre elas:

1. prestação regular dos serviços;
2. não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
3. manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. manutenção do interesse pela CONTRATADA;
5. manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares ou consulta em contratos semelhantes em âmbito da APU (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
6. concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

**Subcláusula Terceira** – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis; e
7. Justificativas técnicas apresentadas pelo Contratante e desde que aceitas pela Fiscalização.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93).**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 45.500,00** (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), conforme proposta da CONTRATADA.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Carta-Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.39-05, consoante resumo a seguir e conforme Nota de Empenho nº. 2020NE000407, datada de 09/06/2020, a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário:

<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	<b>Manutenção Predial</b>
<b>Despesa agregada</b>	<b>Manutenção Predial</b>
<b>Plano interno</b>	<b>AIEF MANPRE</b>

**Subcláusula Terceira** - Quanto ao eventual reajuste dos preços contratados, repactuação, revisão, reequilíbrio econômico financeiro, acréscimo contratual e demais possibilidades de alterações, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO” deste instrumento.

**DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Art. 55, VI, da Lei 8.666/93)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, **GARANTIA**, no valor de **R\$ 2.275,00** (dois mil duzentos e setenta e cinco reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor desta Carta-Contrato.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

**I** - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - Seguro-garantia;

**III** - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

**I** - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**II** - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**III** - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

**Subcláusula Terceira** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**Subcláusula Quarta** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** – Na presente contratação, a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

**Subcláusula Sexta** - Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo do contrato.

**Subcláusula Sétima** A garantia, ou a parte remanescente dessa garantia, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral e regular das obrigações contratuais a seu encargo.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

**Subcláusula Oitava** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** - Quanto aos pagamentos, deverão ser observadas as seguintes condições:

**I** - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;

**III** - A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.

**IV** - Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

**V** - A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;

**VI** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

**VII** - O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

**VIII** - Os valores constantes da nota fiscal estarão sujeitos aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;

**IX** - Será realizado 01 (um) pagamento mediante nota técnica e certidão da Fiscalização, após a emissão de Termo de Recebimento em Definitivo (TRD);

**X** - Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas;

**XI** - Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

**XII** - Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até 10



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(dez) dias corridos após o atestado pelo fiscal da Ordem de Serviço e emissão de TRD. Em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais;

**XIII** - Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	Onde:	
	EM	= Encargos moratór
	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamen	
	VP	= Valor da parcela a ser pa
	I = Índice de compensação financeira	= 0,00016438, assim apura
	I = ((TX)/365) I = ((6/100)/365) I = 0,00016	
	TX = Percentual da taxa anual = 6%.	

**N1.** A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**N2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**XIV** - Havendo erro nos documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

**XV** - No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades;

**XVI** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*);

**XVII** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

**XVIII** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

### **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008 e em suas alterações, sendo que:

**I** - Conforme Capítulo 9, A, vi, e observando as diretrizes estabelecidas na OS. n. 001-2010/TRE-RO, o Gestor do Contrato poderá autorizar o uso do ambiente e equipamentos da unidade demandante, em horário de expediente normal, para finalidades intrinsecamente ligadas à execução do objeto.

**II** - A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente no contrato ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.

**III** - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

**IV** - Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V - É vedada designação de servidor que:**

1. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
2. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
3. tenha parentesco com membro da família do contratado; e
4. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

**Subcláusula única** - As eventuais dúvidas sobre esta contratação poderão ser esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, localizada no prédio sede do TRE-RO, situado à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou por meio dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou, ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(ART. 55, VII, DA LEI 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas pela CONTRATADA;
3. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
4. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações;
5. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato, aplicando as penalidades cabíveis;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;
7. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência desta carta-contrato, o objeto do Termo de referência, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando a CONTRATADA de todas as obrigações, exceto as de garantia;
8. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
9. Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela contratada;
10. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
11. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
12. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
13. Rejeitar, no todo ou em parte, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
14. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
15. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA; e
16. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – São obrigações da  
CONTRATADA:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Realizar o objeto do contrato nos prazos, preços e condições estabelecidas no termo de referência, no edital e seus anexos, neste instrumento e em sua proposta;
2. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
3. Gerir a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
4. Designar **Preposto** no município de Porto Velho, por meio de Carta de Preposição, até a data de assinatura do contrato, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto, sendo que:
  - a) O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA; e
  - b) Salvo motivo justificado, o preposto deverá atender às solicitações emitidas pelo CONTRATANTE de forma imediata;
5. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE;
6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;
7. Manter, durante a execução, pessoa habilitada para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao eventual contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
8. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
9. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
10. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;
12. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
13. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
14. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda;
15. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;
16. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
17. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da execução de serviços;
18. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
19. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
20. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
  - a) Descrição dos serviços realizados; e
  - b) Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
21. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;

22. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;

23. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

24. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;

25. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI;

26. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;

27. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

28. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;

29. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010, nos termos a seguir:

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*

30. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

32. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;

33. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”*

34. Os serviços deverão ser executados por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis;

35. Obedecer rigorosamente às instruções contidas neste instrumento e no Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;

36. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;

37. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos necessários à execução das atividades;

38. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto do Termo de Referência;

39. Cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição do Termo de Referência, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei.;

40. Entregar, preferencialmente na forma eletrônica, as comunicações referentes aos boletins semanais que serão entregues;

42. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;

43. Apresentar garantia contratual no prazo e nas condições estipuladas;

44. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;

45. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;

46. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal da Carta-Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

47. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas neste instrumento, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto desta carta-contrato.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas neste contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

**Subcláusula Primeira** - Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a CONTRATADA que:

1. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
3. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
4. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
5. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
6. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
7. Comportar-se de modo inidôneo; e
8. Cometer fraude fiscal.

**Subcláusula Segunda** – O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

**I - Atraso injustificado em cada etapa de execução, conforme cronograma apresentado pela CONTRATADA: Até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor;**

**II - Atraso injustificado em cada etapa de execução, conforme cronograma apresentado pela CONTRATADA: Entre 10 (dez) a 15 (quinze) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do contrato o atraso superior a 15 (quinze dias) e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato; e**

**III - Não apresentação da Garantia, conforme disposto na Cláusula Nona deste instrumento: multa moratória de 5% (cinco por cento) aplicada sobre valor global do respectivo contrato.**

**Subcláusula Terceira** – Atraso injustificado das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

**I - Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato; e**

**II - De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato.**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** – Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) ocorrências ou superiores a 15 dias poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**Subcláusula Quinta** – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

**I** - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração. Justifica-se a penalidade mais grave para a inexecução parcial do objeto devido ao prejuízo temporal e de mobilização de recursos humanos deste TRE-RO para acompanhamento da Gestão e Fiscalização Contratual.

**IV** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**V** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observando que:

a) Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

**Subcláusula Sexta** – Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste capítulo.

**Subcláusula Sétima** – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**Subcláusula Oitava** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

**Subcláusula Nona** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Décima** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Primeira** - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**Subcláusula Décima Segunda** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Décima Terceira**- Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima Quarta** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima Quinta** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Sexta** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Sétima** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Oitava** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Nona** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Vigésima** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima Primeira** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las

**Subcláusula Vigésima Segunda** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - À execução da presente Carta-Contrato e aos casos omissos, além das disposições previstas no Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 09 de junho de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>MARCILIO JOSÉ SANTOS DE BRITO</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/06/2020, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCILIO JOSÉ SANTOS DE BRITO, Usuário Externo**, em 10/06/2020, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/06/2020, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/06/2020, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0545957** e o código CRC **3FE8B04B**.

0000221-23.2020.6.22.8000

0545957v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 09/06/2020 17:35:21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- i. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência que tem como finalidade a **contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços comuns de engenharia para elaboração de laudo técnico de engenharia pericial**, por meio de pregão eletrônico, a ser prestado no edifício sede da Justiça Eleitoral de Rondônia.
- ii. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

#### **2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **A. DO OBJETO**

- i. Prestação de serviços comuns de engenharia para **elaboração de laudo técnico de engenharia pericial** no Edifício **SEDE**.
- ii. As composições de custos, estabelecidas em conformidade com as fontes formalmente aprovadas pelo acórdão 2917/2018 - TCU – Plenário, estão disponíveis no ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS (Evento SEI N. [0496278](#))

### **B. DEFINIÇÕES**

- i. **Licitação:** Conjunto harmônico de atos e procedimentos que objetivam garantir a observância do princípio constitucional da isonomia nas contratações públicas com seleção da proposta mais vantajosa.
- ii. **Administração Pública - APU:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.
- iii. **Contratada:** empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou o com o TRE de Rondônia.
- iv. **SINAPI:** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.
- v. **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- vi. **Termo de Referência:** peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes a serem adotados pelas licitantes, na apresentação de suas propostas e pela eventual CONTRATADA para a prestação dos serviços.
- vii. **Produtos ou Resultados:** são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- viii. **Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.
- ix. **Benefício e Despesas Indiretas (BDI):** A taxa de Benefício e despesas indiretas é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da construtora na composição do preço da obra.
- x. **Serviços:** toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais
- xi. **Serviços comuns:** aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (TCU, Acórdão n. 286/2007. Plenário. Relator Min. Augusto Sherman Cavalcanti. DOU 16.02.2007.)
- xii. **Serviços contínuos:** são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

### **C. DA LEGISLAÇÃO APLICADA**

- i. Aplicam-se a esta contratação, não somente, mas, inclusive:
  - a. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);
  - b. **Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.);
- c. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
  - d. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
  - e. **Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013** (Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências);
  - f. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;
  - g. **Resolução Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;
  - h. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.
- ii. A **CONTRATADA** deverá, regularmente, verificar as atualizações dos normativos citados acima e eventuais novas regulamentações e disposições legais da União, Estados e DF e Municípios, independente de transcrição.
  - iii. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se **SUBSIDIARIAMENTE**, também NO QUE APLICÁVEL, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

### **D. DO OBJETIVO**

1. Antes de se estabelecer a abrangência e a eficácia das regras específicas contidas na fase inicial deste termo de referência, é preciso ter como objetivo central que as contratações pela Administração Pública sejam eficiente, econômica, razoável e proporcional, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o acórdão 276/2019 - plenário - TCU.
2. Assim sendo, além dos aspectos formais inerentes ao controle procedimental, a Administração Pública deve centrar esforços na avaliação qualitativa dos resultados, sob a lógica da oferta de serviços adequados aos cidadãos.
3. In verbis:

*"É chegada a hora de não mais se ler o artigo 3º da Lei 8.666/1993, e, especificamente, a expressão "mais vantajosa para a Administração" de maneira reducionista, interpretando-a como sendo meramente aquisições de menor preço.  
Voto do Ministro Aroldo Cedraz - acórdão 1977/2013 - plenário - TCU."*

4. Neste caso, a futura contratação visará dotar a Administração deste Regional de informações que possam subsidiar a Administração em possível tomada de decisão de caráter preventivo, além de garantir a integridade da infraestrutura física inerente a qualquer repartição pública.

### **E. DETALHAMENTO DO OBJETO**

1. **Elaboração de 1 (um) laudo de Engenharia Pericial:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TABELA 1**

<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>
01	Realização de vistoria técnica especializada para o mapeamento das patologias estruturais da edificação do edifício sede e elaboração de Laudo Perícia Técnica, apontadas no Relatório de Vistoria Técnica de Patologia Predial, conforme com as normas da ABNT.

- i. Este Termo tem por objetivo a obtenção de 1 (UM) laudo técnico de engenharia pericial acerca das condições gerais de todo o sistema estrutural (fundações, pilares, vigas e lajes) da área afetada e indicada no Relatório de Vistoria Técnica de Patologia Predial, anexo I (evento 0494124), parte integrante deste Termo de Referência.
- ii. O Laudo deverá relatar as condições em que se encontram tais estruturas em todos os seus aspectos: segurança e estabilidade, acomodações (recalques) e movimentações anômalas; rachaduras, trincas ou fissuras; necessidade de intervenções; e, principalmente, a indicação (mapeamento) da presença de patologias nas estruturas que possam levar a risco de desabamento e a proposição de soluções aos problemas verificados, inclusive com a indicação da técnica de recuperação mais viável para o caso.
- iii. O objeto desta contratação consiste em Perícia Técnica Especializada em estrutura de concreto armado do edifício sede do TRE-RO, na região na qual apresenta aberturas, em forma de rachadura, apontadas no Relatório de Vistoria Técnica de Patologia no console de pilar, na laje e viga, com o objetivo de verificação da solidez estrutural, devendo, o laudo, conter no mínimo:
  - a. Avaliação da resistência estrutural, através de carga estática;
  - b. Avaliação da resistência estrutural, através de cargas dinâmicas;
  - c. Avaliação geotécnica do solo e subsolo;
  - d. Verificação dos estados limites últimos;
  - e. Verificação dos estados limites de serviços;
  - f. Análise da ação da enchente de 2014 sobre as estruturas, na região que ocorreu as rachaduras e qual a influência que o ciclo de cheias pode vir a afetar a estrutura em estudo, tendo que vista que é rotineira a cheias que chegam a alterar o nível do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

lençol freático na região onde está localizada a edificação em análise.

- iv. A análise estrutural das edificações e a análise geotécnica do solo deverão apresentar Parecer Conclusivo e, na hipótese de recuperação das edificações, apresentar as soluções técnicas adequadas e metodológicas mais viáveis, bem como apontar a necessidade ou não de interdição total ou parcial da edificação.
- v. Na hipótese de constatação de danos à estrutura, o laudo pericial deverá apresentar comparações acerca da viabilidade quanto a recuperação ou demolição das peças afetadas, apontando a situação mais vantajosa para a Administração.
- vi. Determinar a área de influência ou raio de ação que a movimentação estrutural danificada atingiu nas demais peças do conjunto estrutural da edificação da Sede do TRE-RO, inclusive as instalações hidro sanitárias.
- vii. Apresentar desenhos técnicos que identifiquem a correta localização e extensão do dano estrutural, demonstrando até onde deverão ocorrer os serviços de recuperação estrutural.
- viii. Cronograma físico financeiro da elaboração do Laudo.
- ix. Além das informações mencionadas acima, o Laudo deverá conter ainda:
  - a. Execução de perícia investigativa das estruturas existente realizada através de todos os estudos/ensaios necessários à sua completa avaliação, conforme descrito neste Termo;
  - b. Verificar se as anomalias patológicas apresentadas no Relatório de Vistoria, evento 0494124, causaram danos em outros pontos da edificação.
  - c. Determinação da capacidade de carga conforme a norma NBR 6118/2003, com determinação das “ações variáveis diretas e indiretas”, bem como dos Estados Limites Últimos e dos Estados Limites de Serviço afim de que se possa determinar a sobrecarga de segurança de utilização da edificação.
  - d. Recompôr os locais utilizados para a obtenção de dados e análise de situação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- x. Os métodos de Detecção: devem ser realizados, no mínimo, 6 (seis) tipos de ensaios investigativos abaixo elencados como forma de avaliação da condição real da estrutura; se no levantamento visual houver a necessidade de aplicação de outro método ou ensaio que não os previstos é obrigação do contratado discriminá-lo, fundamentando e justificando com embasamento técnico suas conclusões. Neste caso, poderá ser realizada a devida substituição, inclusão ou supressão de serviços após a revisão e negociação de custos e devidos mecanismos legais. As quantidades de ensaios a serem realizados devem ser suficientes para que se possam evidenciar as conclusões informadas no laudo; devendo ser executado, no mínimo, os seguintes tipos de ensaios:
  - a. Ensaio de resistência à compressão do concreto, efetuados de forma NÃO DESTRUTIVA, de acordo com as necessidades observadas in loco;
  - b. Ensaio para a determinação da homogeneidade e compacidade do concreto;
  - c. Testes de abertura de fissuras;
  - d. Testes de facilidade de destacamento;
  - e. Testes de carga e determinação do comportamento e desempenho das estruturas (Ensaio de Resistência das Estruturas);
  - f. Localização das barras de aço e espessuras de cobrimento;
- xi. Em consequência das exigências acima, se faz necessário a emissão de parecer de perito especializada nesta área para a avaliação da gravidade e extensão deste processo degenerativo da estrutura, sendo que tal laudo deverá conter os equipamentos utilizados para a medição e demais elementos necessários para a análise da situação, contendo, **no mínimo**, a medição pelos seguintes tipos:
  - a. Ensaio de Pacometria: O ensaio de pacometria apresenta a função de determinação da posição, espessura e cobrimento do aço, sendo esse realizado com o uso do pacômetro a partir do princípio da indução magnética; durante a análise visual observou-se que a ferragem perdeu sua cobertura e ficou sujeito às infiltrações e intemperes, o que pode



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

facilitar o processo de corrosão da armadura; dessa forma, fez-se necessário medir a espessura do cobrimento; o objetivo secundário deste ensaio foi detectar a posição das barras de aço nas áreas da estrutura escolhidas para a realização do ensaio de esclerometria.

- b. Ensaio de Esclerometria: Este ensaio é executado seguindo os procedimentos prescritos na NBR 7584/2013: Concreto endurecido – Avaliação da dureza superficial pelo esclerômetro de reflexão- Método de ensaio. O método de ensaio é baseado no princípio do ricochete e consiste em realizar impactos na superfície da estrutura e medir o retorno da força aplicada após o impacto para fins de determinar a dureza superficial do concreto endurecido e avaliar sua qualidade, estabelecendo uma correlação com a resistência. As áreas de ensaio foram definidas com base nos critérios estabelecidos por norma e foram devidamente preparadas por meio de polimento enérgico com disco de carborundum, através de movimentos circulares.
- c. Ensaio de Ultrassonografia: Este ensaio a ser realizado conforme os procedimentos estabelecidos pela NBR 8802/2013: Concreto endurecido – Determinação de velocidade de propagação de onda ultrassônica. O método consiste em determinar a velocidade de propagação de ondas longitudinais, obtidas por pulsos ultrassônicos, através de um componente de concreto e tem como principais aplicações:
  - i. Avaliação da resistência à compressão do concreto;
  - ii. Verificação de homogeneidade do concreto;
  - iii. Detecção de eventuais falhas internas de concretagem, profundidade de fissuras e outras imperfeições;
  - iv. Monitoramento de variações no concreto, ao longo do tempo, decorrentes de agressividade do meio (ataque químico), principalmente pela ação de sulfatos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. Resultados do Laudo: deverão ser explícitas e fundamentadas as conclusões e providências (quando existirem) com relação à estrutura, ou seja, o resultado deverá apresentar, caso necessário, as peças estruturais que deverão ser substituídas, demolições, reforços estruturais, etc., providências e ou esclarecimento suficientes que venham a garantir a “estabilidade estrutural” do edifício.

### **2. Da Composição dos Laudo Técnico**

- i. A apresentação do Laudo Pericial deverá obedecer às prescrições da Norma NBR 13.752 da ABNT e suas atualizações, devendo contemplar obrigatoriamente os seguintes aspectos principais:
  - a. Indicação do profissional e da empresa responsável pela produção da prova técnica e do proprietário do bem objeto do Laudo Pericial;
  - b. Requisitos atendidos na perícia, quais sejam: metodologia empregada, dados levantados, tratamento dos elementos coletados e trazidos ao laudo;
  - c. Maior utilização possível de critérios objetivos na conclusão do Laudo;
  - d. Inclusão de número adequado de fotografias por cada peça da edificação periciada, com exceção dos casos onde ocorra impossibilidade técnica, garantindo o maior detalhamento do bem periciado;
  - e. Apresentação de plantas das peças estruturais afetadas e de seu conjunto estrutural, de forma a possibilitar a verificar das dimensões dos pontos danificados e sua extensão; devendo estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e legislação pertinentes
  - f. Indicação e perfeita caracterização de eventuais danos e/ou eventos encontrados, apontado prováveis causas e consequências, bem como medidas para o saneamento do problema;
  - g. Juntada de orçamento detalhado e comprovante de ensaios laboratoriais, quando se fizerem necessários;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h. Relato e data da vistoria, com as informações necessárias à caracterização do imóvel e de seus elementos;
- i. Caracterização do terreno do imóvel: perímetro, relevo, forma geométrica, características do solo e do subsolo, dimensões, áreas e confrontantes;
- j. Caracterização da benfeitoria construtiva: descrição das características da construção, com ênfase para fundações, estruturas, vedações, cobertura e acabamentos;
- k. Caracterização do número de pavimentos da edificação, suas dimensões, áreas, idade real e aparente, bem como seu estado geral de conservação e, ainda, a demonstração da zona de influência da patologia estrutural em relação ao restante da edificação.
- l. Caracterização, classificação e quantificação da extensão de todos os danos observados;
- m. Condições de estabilidade do prédio, devendo ser assinalada qualquer anormalidade adequadamente fundamentada;
- n. Diagnóstico conclusivo da situação encontrada;

### **3. Detalhamento dos serviços a serem executados**

- i. Deverá observar as seguintes ações:
  - a. traçar diagnóstico sobre possíveis alterações estruturais, inclusive a fundação, apontando se houve perda da resistência, em particular do atrito lateral, por ação da água, decorrente do ciclo de enchentes do Rio Madeira, a partir de 2014;
  - b. verificar a ação física da água que atua periódica no solo, ou seja, na base da construção da edificação, em decorrência do ciclo de enchentes do Rio Madeira;
  - c. realizar os testes estáticos e dinâmicos necessários para averiguar a viabilidade ou não de ocupação da área afetada ou, ainda, demonstração de possíveis restrições de utilização;
  - d. examinar e relatar sobre o solo e o subsolo, se as construção e adjacências em relação as suas condições de estabilidade e compressibilidade do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- terreno de fundação, alteração do lençol freático, presença de vazios e fugas de solos finos, etc; influenciaram na estabilidade estrutural;
- e. os testes devem ser de natureza estrutural, verificando sua ação danosa e influência nos demais componentes da edificação (paredes, revestimentos, e outras peças estruturais);
  - f. traçar prognóstico a respeito das avaliações e testes realizados;
  - g. estabelecer os limites sobre a capacidade de carga para a ocupação das edificações, seja de caráter normal ou eventual, bem como determinar a vida residual útil das edificações;
  - h. exame do projeto original, modificações e ampliações, considerando o tempo de utilização das edificações;
  - i. classificação analítica do meio ambiente, em particular no que tange à agressividade das alterações do lençol freático na base da estrutura;
  - j. levantamento visual e medições expeditas de estrutura;
  - k. levantamento detalhado dos sintomas e anomalias identificadas, inclusive com documentação fotográfica e aferição específica com aparelhos de precisão, avaliação da presença de elementos químicos ou outros agentes agressores, de carbonatação, trincas e fissuras para o concreto;
  - l. realização de ensaios especiais, inclusive laboratoriais;
  - m. tipologia e intensidade do sistema de deterioração e dos agentes agressores;
  - n. medições geométricas, nível, prumo e excentricidades; mapeamento dos danos, determinação das flechas residuais; evolução das aberturas das rachaduras e das deformações;
  - o. estudos e ensaios: verificação dimensional dos elementos (seção transversal do concreto, armadura e cobrimento), avaliação da resistência do concreto.
  - p. investigação geotécnica;
  - q. emitir parecer técnico conclusivo sobre o estado, possibilidade de recuperação, ocupação e vida



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

residual útil da área afetada e sua influência ao restante da edificação.

- r. adotar a norma técnica ABNT 8607/2012 que trata sobre a prova de carga em estruturas de concreto armado e protendido e seus procedimentos;

### **4. Observações**

- i. De acordo com o Relatório Técnico de Vistoria foram identificados as rachaduras na laje superior do 1º pavimento, console do pilar PL-23, do Auditório e em paredes; nos consoles do Pilar, PL 23, do 2º pavimento e na viga, VC-03, que neste pilar se apoia, na área de acesso pela salas da Diretoria e da Corregedoria, sendo que não foi possível identificar a influência que movimentação estrutural possa ter causado, portanto caberá a análise da situação do alcance do dano nas demais estruturas.
- ii. Os desenhos definitivos deverão ser feitos em programa de computador (AutoCAD), impressos e gravados em arquivo digital, formatados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis a órgão público e submetidos a aprovação da autoridade administrativa competente;
- iii. A contratada deverá entregar, no mínimo, 02(dois) cópias assinadas e registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia – CREA/RO do Laudo Completo, incluindo os desenhos técnicos e demais elementos já mencionados anteriormente, bem como as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.

### **F. DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

- i. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e agronomia fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme art. 1º da lei nº 6.496/1977.
- ii. Ainda no referido diploma, a ART define para efeitos legais os responsáveis técnicos pelo serviço de engenharia contratado.
- iii. A ART deverá ser efetuada pelo profissional ou pela empresa no respectivo conselho profissional de classe.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

*"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei."*

- v. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos executados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei nº 8666/93).
- vi. Neste caso, diferentemente das situações de Construção Civil, a ART deverá ser fornecida juntamente com a entrega do Laudo Pericial, sob pena de aplicação de penalidade prevista no Capítulo 19.
- vii. Em casos de atraso para registro da ART nos órgãos de classe, justificadamente, ouvido o Gestor do contrato, a Autoridade Competente poderá deferir dilação do prazo anterior.

### **G. DO LOCAL DE EXECUÇÃO**

- i. Os serviços serão executados no edifício Sede, apresentado na tabela a seguir:

<b>TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA</b>	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE
1	Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3. JUSTIFICATIVA**

- i. Inicialmente, a Seção de Manutenção Predial – SEMAP é a unidade regimentalmente competente para inspecionar as unidades prediais e solicitar providências (contratar) atividades de manutenção predial e serviços de engenharia, incluindo serviços de engenharia elétrica. O Art. 75 da Resolução TRE-RO nº 006/2015 - Regulamento da Secretaria do TRE-RO, lista o extenso rol das atribuições da SEMAP. Veja-se:

#### ***"Da Seção de Manutenção Predial***

***Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:***

*I – executar as atividades de administração predial e serviços de engenharia; (sic: essa atribuição contém um erro de redação. Na verdade, a SEMAP assessora, de forma consultiva sob demanda, outras unidades pertinentes à área de engenharia, tais como a STI, SEAP. As atividades de administração predial competem à SEAP.*

*II – providenciar os serviços de remoção, transporte e alocação de móveis, máquinas e materiais nas dependências do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral;*

*III – inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;*

*IV – inspecionar, sempre que solicitado, os prédios dos fóruns eleitorais do interior, solicitando providências para sua reforma, conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;*

*V – acompanhar os técnicos na vistoria dos bens a serem reparados, zelando pelo patrimônio do Tribunal;*

*VI – fiscalizar a fiel execução dos contratos terceirizados de natureza contínua que têm por objeto a manutenção das*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*instalações e dos equipamentos instalados no TRE;*

*VII – orientar, na Capital, a execução das instalações necessárias nos locais de votação e apuração de votos por ocasião dos pleitos eleitorais;*

***VIII – elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;***

*IX – solicitar, receber, inspecionar e controlar o uso dos materiais pertinentes aos serviços de alvenaria, serralheria, marcenaria, carpintaria e hidráulico-sanitários a serem realizados;*

*X – elaborar propostas destinadas ao melhor aproveitamento funcional e estético do espaço físico dos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, solicitando e acompanhando as alterações necessárias, de acordo com as necessidades apontadas pela administração;*

*XI – elaborar estudos preliminares em projetos*

*arquitetônicos de edificações, urbanismo e paisagismo;*

*XII – especificar, para compra e execução de reformas e adequações de espaços, os materiais a serem adquiridos por processos licitatórios, bem como os serviços necessários;*

*XIII – inspecionar os serviços de edificação e reforma dos prédios públicos cedidos à Justiça Eleitoral;*

*XIV – manter a guarda dos documentos relativos aos projetos e a execução de obras do Tribunal;*

*XV – fornecer elementos para subsidiar na elaboração da proposta orçamentária concernente às obras de construção e reforma imobiliária;*

***XXII – exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico."***

- ii. A ocorrência dos problemas patológicos na edificação, se não solucionados a tempo, podem comprometer a estabilidade estrutural, gerando riscos de abalo e fragilidade de sustentação, desta forma vir a causar insegurança aos usuários, bem como ocasionar a redução de sua vida útil, que está diretamente relacionada com o desempenho dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

materiais ou componentes estruturais da edificação que não estão em suas condições normais de funcionamento.

- iii. Considerando que foi identificado que há ferragens expostas, sujeito a oxidação, que tem como consequência a diminuição da resistência às tensões que atuam na estrutura e, portanto, acelerando o processo de insegurança da peça estrutural, o que por si só já merece uma atenção especial; registra-se, ainda, que o desempenho de um material é decrescente com o tempo, devido à ação de outros agentes de deterioração, o que torna a tomada de medida preventiva e corretiva imprescindível.
- iv. A contratação da execução do serviço objeto desta licitação, por sua complexidade técnica, deve ser realizado por especialistas na área de patologias da construção e estruturas, profissionais este que não dispõe no quadro funcional da instituição, bem como, a possível necessidade de ensaios físico-químicos e a utilização de equipamentos específicos para testes, os quais não se tem no TRE-RO, além da habilidade operacional do mesmo, o que dificulta a realização de tal serviço pelos profissionais do TRE-RO.
- v. Some-se a isto, a demanda de serviços atualmente em andamento e o processo eleitoral que se avizinha, o que irá comprometer ainda mais as ações dos profissionais do órgão, somados às atividades normais inerentes à área, é bem superior à capacidade operacional do setor, motivo pelo qual, faz-se necessário a contratação terceirizada do serviço.
- vi. Por fim, justifica-se a contratação, por todo exposto, acrescentando a este Tribunal notórios benefícios, entre eles:
  - a. Integridade das instalações;
  - b. Segurança dos usuários.

### **A. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:**

- i. A solução apontada permite apresentar a Autoridade competente subsídios e informações para tomada de Decisão, de maneira preventiva, zelando pela infra-estrutura física e pela segurança dos usuários.
- ii. Como é notório, o TRE-RO não possui disponibilidade de recursos humanos para execução direta deste serviço, sendo a execução indireta a **única opção** para o caso.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **C. DA FASE DE PLANEJAMENTO**

- i. **Estudo técnico preliminar (ETP)** - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019: O novo decreto do Pregão Eletrônico está em fase de implantação no órgão. Porém, o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste e no capítulo 2, pelo que se entende suprida a ausência de ETP.

### **4. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

#### **A. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- i. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário para tomada de decisão.
- ii. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas.
- iii. Além disso, o objeto deste Termo de Referência está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2020 e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:
  - a. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança
- iv. Adotar-se-á como valores:
  - a. **Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
  - b. **Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
  - c. **Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
  - d. **Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
  - e. **Responsabilidade** social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
  - f. **Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
  - g. **Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
  - h. **Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
  - i. **Qualidade de vida do servidor:** Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

## **B. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- i. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.
- ii. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.
  - iii. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá enviar, preferencialmente, os documentos em forma digital.
  - iv. **Somente em casos excepcionais**, deverão ser entregues documentos de maneira física, como documentos sujeito à conferência de assinatura pelo CREA e desenhos em A4.

### **5. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA**

- i. O valor global **estimado** desta contratação é de **R\$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais)**.
- ii. Frisamos o termo **estimado** pelo fato de, por natureza, os serviços de engenharia possuírem margem de imprecisão intrinsecamente relacionado à sua natureza. Assim, se pronuncia o **IBRAOP**:

" OT-IBR 004/2012 4.5: O grau de precisão de orçamento pode sofrer influência em razão do tipo de serviço que se está sendo orçado, pois os quantitativos de alguns serviços têm maior imprecisão em sua estimativa".

- iii. Na mesma linha de raciocínio, e de forma recente, votaram os ministros no acórdão 1608/2018 - plenário - TCU:

**"os projetos de engenharia possuem uma imprecisão intrínseca, de modo que é impossível a exata identificação de todos os seus elementos constitutivos"**.

- iv. Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal poderão considerar especificidades locais ou de projetos na elaboração das respectivas composições de custos unitários, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional, em conformidade com o Art. 8º do Decreto 7.983/2013.

- v. O decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, estabelece que o custo de obras e serviços de engenharia seja mensurado pela tabela SINAPI, veja-se:

***Art. 3º** O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos **custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi**, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*

- vi. Contudo, pela natureza dos serviços, a tabela **SINAPI** não abrange serviços de natureza de engenharia pericial.
- vii. Sendo assim, em situações excepcionais, quando da indisponibilidade de valor de referência no **SINAPI**, mediante justificativa, foram adotados valores de referência obtidos a partir de outras fontes ou metodologias, conforme o art. 6º do Decreto 7.983/2013:

"Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º ao 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado"

- viii. Percebe-se a dificuldade que a Administração Pública enfrenta sempre que precisa orçar os serviços necessários para atingir suas missões, com suas especificidades próprias, conforme se observa no PSEI [0000424-82.2020.6.22.8000](#) ([0500226](#), [0503056](#), [0504125](#), [0505032](#), [0505049](#), [0505102](#) e [0506945](#)) enviamos para inúmeras empresas do ramo do objeto, além disso, entramos em contato com as mesmas, no entanto, obtivemos apenas 02 (duas) resposta, situação comprovada de limitação de fornecedores considerada regular na forma do Acórdão TCU n. 1266/2011 - Plenário.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ix. Desta forma, devido à indisponibilidade de referencial exiguamente similar para esta contratação, a unidade procedeu à estimativa de preços baseando-se em cotações expedidas para o mercado local, visto que os contratos Administrativos consultados em âmbito da Administração Pública não apresentaram semelhança ou proximidade quanto ao objeto e às necessidades deste TR, assim, a equipe técnica da engenharia deste Tribunal não obteve dados para parametrizar ou mensurar um valor estimado para compor a TABELA DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA do item abaixo.
- x. O valor estimado foi obtido a partir da média de valores advindas dos preços praticados em mercado, conforme descrito na tabela a seguir:

REFERÊNCIA	REGULARIDADE FISCAL SEI <a href="#">0475322</a>	VALOR
<b>COTAÇÃO I - CEDRO ENGENHARIA, CONSULTORIA E COM.</b> <b>CNPJ: 28.108.294/0001-99</b> <b>SEI: <a href="#">0496278</a></b>	<b>FGTS:</b> regular sim(x) não ( ) <b>RFB/PGFN:</b> regular sim(x) não ( ) <b>Débitos trabalhistas:</b> regular sim(x) não ( ) <b>CNJ:</b> regular sim(x) não ( )	R\$ 100.000,00
<b>COTAÇÃO II - PARTHENON CONSTR. E INCORP. LTDA</b> <b>CNPJ: 02.394.405/0001-87</b> <b>SEI: <a href="#">0496278</a></b>	<b>FGTS:</b> regular sim(x) não ( ) <b>RFB/PGFN:</b> regular sim(x) não ( ) <b>Débitos trabalhistas:</b> regular sim(x) não ( ) <b>CNJ:</b> regular sim(x) não ( )	R\$ 169.800,00
<b>MÉDIA/ESTIMATIVA OBTIDA</b>		<b>R\$ 134.900,00</b>



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xi. Nesse caso, as fichas de composição de custos referenciais estão juntadas ao Anexo II - pesquisa de preços (Evento SEI N. [0496278](#)), com indicação dos procedimentos adotados.

### **N1 - INAPLICABILIDADE DE BDI PARA OS SERVIÇOS:**

**BDI** é a sigla de *Budget Difference Income* que significa Benefícios e Despesas Indiretas (também designado por Bonificação).

Consiste em um elemento que compõe um orçamento, normalmente alcançado através de taxas que incidem sobre o custo do empreendimento definindo o custo total. Na **Decisão 255/1999 – Primeira Câmara**, o TCU definiu a Bonificação de Despesas Indiretas – BDI: *"Conceitualmente, o BDI é definido como "um percentual aplicado sobre o custo direto para se chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente e tem a seguinte fórmula:*

*$PV = PC \times (1 + BDI)$ , sendo  $PV = \text{Preço de Venda}$  e  $PC = \text{Custo Direto}$ . O valor do BDI é, portanto, apresentado como uma fração do custo Direto. [...]"*. O Instituto de Engenharia conceitua BDI como *"o resultado de uma operação matemática para indicar a margem que é cobrada do cliente incluindo todos os custos indiretos, tributos, etc. e logicamente, sua remuneração pela realização de um empreendimento."* Nesta contratação a Administração não está exigindo a composição dos custos unitários para a prestação dos serviços porque está elecando todos os insumos que compreendem as atividades. Além disso, é usual no mercado - e nas contratações públicas - que as empresas coteiem de forma global, dando um "preço global fechado" para a execução dos serviços, no qual inclui todos os seus custos diretos e indiretos;

**I - O Preço Global anual estimado da contratação é o preço máximo de aceitação pela Administração;**

## **6. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

- i. É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Termo de Referência.
- ii. Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação não se enquadra em hipótese de exceção ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93

- iii. O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU:

"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário

- iv. Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei 4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura do contrato poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, conforme planilha SEI [0444249](#):

<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	<b>Manutenção Predial</b>
<b>Despesa agregada</b>	<b>Manutenção Predial</b>
<b>Plano interno</b>	<b>AIEF MANPRE</b>
<b>Valor registrado</b>	<b>R\$ 134.900,00</b>

## **7. DO CERTAME LICITATÓRIO**

- i. Ciente de que a Assessoria Jurídica deste órgão é competente para indicar a modalidade licitatória dos certames, em



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consonância com o art. 11º da IN 004/2008, esta unidade pondera para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pelo MENOR VALOR GLOBAL ofertado, com modo de disputa por lances abertos e fechados, com lances de intervalo mínimo de 1% do total estimado na fase aberta, na forma do Art. 33 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

- ii. Os serviços demandados se enquadram como **comuns**, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade, objetivamente definidos neste termo de referência, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.
- iii. Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados de especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos neste termo de Referência, consoante entendimento do Acórdão 188/2010 - TCU - Plenário, de modo que as especificações necessárias para perfeita entrega do objeto estão predefinidas no capítulo II deste TR, afastando a complexidade e cunho intelectual dos serviços.
- iv. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia:**

*“O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.”*

- v. A citada Súmula foi aprovada pelo **Acórdão nº 841/2010 – Plenário**, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **A. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME**

- i. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **B. DA PROPOSTA**

- i. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo IV - Modelo de Proposta**, evento [0515596](#);
- ii. Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo para atender suas necessidades, desde que mantidos TODOS OS ELEMENTOS constantes no modelo;
- iii. A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, contendo todos seus elementos, inclusive o preço global para execução da integralidade dos serviços;
- iv. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, o **Cronograma de execução dos serviços**, devendo constar, no mínimo, os seguintes elementos e etapas:

Item	Serviços	Prazo (dias)				
1	Perícia de Patologia Estrutural do Edifício Sede	5	10	15	5	10
1.1	Mobilização	x				
1.2	Relatórios Preliminares (plantas/ medições)		x			
1.3	Apresentação do Laudo Preliminar			x		
1.4	Ajustes				x	
1.5	Entrega do Laudo Pericial					x

Obs.: Os produtos de cada etapa deverão ser submetidos à aprovação da fiscalização que deverá providenciar atestado de conformidade, ou não, para posterior prosseguimento no cronograma de etapas e prazos.

- i. Não serão aceitas propostas com preços considerados inexequíveis.
- ii. Na avaliação das propostas, é dispensada a timbragem dos documentos de habilitações e qualificações técnica operacional e profissional com o edital da respectiva licitação. Fonte: Acórdão 357/2015 - Plenário - TCU.
- iii. A proposta comercial deverá ter validade mínima de 90 dias.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **C. DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

- i. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br), devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 17h00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas;
- ii. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos;
- iii. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante;
- iv. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante;
- v. Não haverá condicionantes, por parte da Administração, que resultem em ônus desnecessário às licitantes e importem restrição injustificada à competitividade do certame, podendo ser realizada a visita por qualquer preposto da licitante, conforme o Acórdão 234/2015 - TCU - Plenário;
- vi. O comparecimento ao local de execução é uma faculdade do licitante, sendo suficiente a declaração própria pelo responsável técnico da licitante de que detém conhecimento total do objeto, em conformidade ao **Acórdão 2098/2019 - Plenário - TCU**.
- vii. A visita do licitante será atestada pela Administração. Caso opte por não realizá-la, deverá emitir declaração que renunciou ao direito e que tem ciência que não serão admitidas, em hipóteses alguma, alegações posteriores de desconhecimento do locais e dos serviços e de dificuldades técnicas que poderiam ser conhecidas com a refida visita técnica, de acordo com o Anexo V (0515635).

### **D. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- i. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas do ramo, individualmente, que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico, e que preencham os requisitos de habilitação previstos no edital.

## **E. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL**

### **I. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- i. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:
- ii. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;
- iii. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste termo de referência.

### **II. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

- i. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:
  - a. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
  - b. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
  - c. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
  - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
  - e. Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ).

## **F. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- i. Os licitantes deverão apresentar:
  - a. **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

- b. **Comprovação de patrimônio líquido mínimo** correspondente a 10% do valor total estimado do contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (**Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário**);

### **G. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

- i. Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, conforme o **acórdão 2729/2018 - TCU - Plenário**.
- ii. **O TCU entende, ainda**, que estas exigências sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, verbis:

"A Jurisprudência do TCU (Súmula 263/2011) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
- iii. Neste caso em tela, serão realizados a mobilização, relatórios preliminares, laudo preliminar, ajustes e entrega final do Laudo Pericial de Patologia em Estrutura de Concreto.
- iv. Tecnicamente, esta unidade entende que a parcela de Entrega final do Laudo de perícia em estruturas prediais previsto neste TR é a mais relevante.
- v. Sendo assim, a qualificação técnica-operacional da pessoa jurídica será comprovada mediante:
  - 1. Certidão válida de **registro** da empresa licitante no conselho competente da região a que estiver vinculada e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação (**Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara**);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Comprovação, por meio de **atestado técnico** de que a **empresa licitante prestou serviços**, com características semelhantes previstas neste, qual seja a **entrega final do Laudo de perícia em estruturas predias**, para a qual é exigido profissional devidamente habilitado para prestação do serviço.
- vi. Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado.
- vii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.
- viii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá ser identificada e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.
- ix. Todos atestados de capacidade técnica operacional deverão serem apresentados juntamente com a **ART** dos serviços que eles atestam. Preferencialmente que conste expresso no texto do atestado a indicação do número da ART/RRT. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo considerável da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez no certame - pela ausência de diligências - e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "*Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)"* (grifo nosso);

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente*" (grifo nosso);

Art. 14 da Resolução citada no item ii., acima, "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função*" (grifo nosso).

- x. A comprovação do vínculo profissional dos responsáveis técnicos com a licitante, prevista no art. 30 da lei n. 8.666/1993, deve admitir a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentação de cópia da carteira de trabalho - CTPS -, em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, com conformidade com o **Acórdão 498/2013 - TCU - Plenário**.

- xi. A licitante deverá declarar que até a data da assinatura dos contratos originadas nesta contratação, TERÁ sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Município de Porto Velho/RO** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços. A DECLARAÇÃO CONSTA DO ANEXO V ([0515635](#)). A critério do CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.
- xii. A licitante deverá declarar que detém conhecimento das tecnologias e habilidades necessárias para perfeita execução dos serviços, sob pena de aplicação da penalidade prevista no **inciso v, item C, do capítulo 19. A DECLARAÇÃO CONSTA DO ANEXO V** ([0515635](#)).
- xiii. Declaração que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos locais e dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas em função da renúncia tácita de realizar a visita técnica. A DECLARAÇÃO CONSTA DO ANEXO V ([0515635](#)).

### **8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL**

- i. A Jurisprudência do TCU (**Súmula 263/2011**) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
- ii. Neste caso, aplicam-se, no que compatível aos profissionais, as mesmas disposições aplicadas aos requisitos de habilitação técnica-operacional.
- iii. Para qualificação técnica-profissional será considerada:
  - a. comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome dos profissionais que exercerão as funções de responsáveis técnicos para os serviços definidos **neste termo de referência**, comprovando a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução de serviços semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** do objeto, conforme indicado no capítulo 7, G, item v, 2, de maneira **idêntica às aplicadas à qualificação técnica-operacional.**

- iv. Deverá ser exigida declaração dos profissionais indicados pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme Anexo V (Evento SEI N. [0515635](#)) deste termo de referência.
- v. **Certidão de Registro** dos profissionais indicados perante os respectivos conselhos profissionais (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara).

### **9. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUANTIDADES MÍNIMAS**

- i. Decorre das decisões do TCU o entendimento no sentido que a comprovação da qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional. Veja-se:

“Em diversas assentadas, este Tribunal reconheceu como válida a exigência de comprovação de ambos os ângulos da capacitação técnica, que deverá abranger tanto o aspecto operacional (demonstração de possuir aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame) como o profissional (deter, no quadro permanente, profissionais aptos a executar serviço de características semelhantes àquele pretendido pela Administração). Nesse sentido, vale destacar as Decisões 395/1995 – Plenário, 432/1996 – Plenário, 217/1997 – Plenário, 285/2000 – Plenário, 2.656/2007 – Plenário, bem como o Acórdão 32/2003 – 1.<sup>a</sup> Câmara” (Acórdão 1.265/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

- “(...) 6. O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo – ‘**vedadas as exigências de quantidades mínimas**’. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. Especialmente em serviços de maior complexidade técnica, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.

Por isso, sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1.º, I, in fine, da Lei 8.666/1993, é a de que é possível, e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a ser comprovada pelas licitantes – compatíveis com o objeto pactuado –, ai se inserindo a exigência de quantitativos mínimos concernentes ao objeto que se pretende contratar” (Acórdão 3.070/2013, Plenário, rel. Min. José Jorge).

**Súmula 263 do TCU:** “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

ii. O Professor **Marçal**, leciona:

"[...]Como regra, ambos os ângulos do conceito de “experiência anterior” são relevantes. Quando se trata de obras e serviços de engenharia, é muito comum a necessidade de comprovação de ambos os aspectos da experiência anterior. Ou seja, a Administração Pública somente disporá de um mínimo de segurança acerca da idoneidade do sujeito quanto obtiver comprovação acerca desses dois ângulos da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualificação técnica. Não basta para a Administração dispor de informações de que uma certa empresa executou uma obra semelhante, no passado, se não existirem indicações de que esse licitante dispõe, em seus quadros permanentes, de um profissional experiente. Por outro lado, é insuficiente uma certa empresa dispor em seus quadros de profissionais experientes sem que ela própria tivesse no passado enfrentado o desafio de executar obra similar.

Existem hipóteses, no entanto, em que a situação pode apresentar outro perfil. Isso se passa, por exemplo, quanto aos serviços comuns, que não demandam comprovação de qualificação técnica profissional. Há casos de serviços de engenharia (elaboração de um projeto básico, por exemplo) que podem ser satisfeitos sem o concurso de uma estrutura empresarial. Basta a qualificação técnica profissional para satisfação da habilitação técnica. **(Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).**

Na mesma linha, a fixação de quantidades mínimas para comprovação da experiência profissional também está assentada pelo **STJ**: “A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1.º, I (parte final) , da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiveram assentadas em critérios razoáveis” **(REsp 466.286/SP, 2.ª T., rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003).**”

3. Dessa forma, foi definida a comprovação da execução de serviços semelhantes sendo a entrega final do Laudo Pericial, de acordo com o cronograma de serviços, previsto no item B, iv, 2 de acordo com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário.**

## **10.DO CONTRATO**

### **A. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E REGRAS GERAIS**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. *Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.*
- ii. *No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência..*
- iii. *Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.*
- iv. *Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;*
- v. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.*
- vi. *A CONTRATADA deverá indicar, **até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO** no município de Porto Velho para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus, podendo este executar suas tarefas nas dependências do CONTRATANTE, desde que autorizado pelo Gestor do Contrato e sempre no horário de expediente do órgão..*
- vii. *O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato.*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- viii. O PREPOSTO poderá acumular as atribuições com a função de **RT**.
- ix. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA.
- x. Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelos e-mails semap@tre-ro.jus.br.
- xi. *O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).*
- xii. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se:
  - 1. Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e, supletivamente,
  - 2. A Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras gerais do Código Civil Brasileiro;
  - 3. Resolução TSE n. 23.234, de 25/03/2010, utilizando-se subsidiariamente da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 5, de 26.05.2017 e suas alterações posteriores;
  - 4. Resolução CNJ n. 182, de 17/10/2013, utilizando-se subsidiariamente da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 4, de 11/09/2014;
  - 5. Instrução Normativa TRE-RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la.
- xiii. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xiv. Com a assinatura do contrato, a CONTRATADA se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

### **B. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

- i. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- ii. O prazo de início da execução dos serviços será contado a partir da data registrada na ordem de serviços.
- iii. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as etapas e o cronograma apresentado;
- iv. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
- v. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- vi. Os serviços somente serão considerados entregues desde que executados de acordo com a descrição do objeto e acompanhado da **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica). O não atendimento a este item poderá ocasionar eventual aplicação de penalidade e inexecução do objeto.
- vii. O Objeto não será recebido em atrasos superiores a 15 (quinze) dias. Nessa situação poderá ser declarada a inexecução total ou parcial do objeto e aplicação das penalidades previstas neste TR.
- viii. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento por parte da fiscalização, que será realizado da seguinte forma:

a. **PROVISORIAMENTE**: dispensado, nos termos do art. 29, §2, II, III, da IN 004/2008/TRE-RO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b. DEFINITIVAMENTE:** em até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação formal da conclusão do Objeto pela Contratada.

### **C. DA ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

- i. No entendimento desta unidade, por caracterizar-se o núcleo do objeto como estritamente avaliativo, a entrega do objeto **deverá ser integral**.

### **11.DA SUBCONTRATAÇÃO**

- i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:
- ii. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:
  1. Razão Social;
  2. CNPJ;
  3. Nome e CPF do(s) sócios(s);
  4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
  5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
  6. Justificativa para subcontratação.
- iii. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.
- iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

- v. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

### **12.DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

- i. O prazo de **vigência será de 120 (cento e vinte dias) dias e o prazo de execução** será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- ii. O prazo de vigência poderá ser prorrogado caso autorizada a prorrogação do prazo de execução do objeto, a juízo da Administração e justificada pela Autoridade competente, obedecidas as normas legais, entre elas:
  - a. prestação regular dos serviços;
  - b. não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
  - c. manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
  - d. manutenção do interesse pelo Contratado;
  - e. manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares ou consulta em contratos semelhantes em âmbito da APU (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93);
  - f. concordância expressa da Contratada pela prorrogação.
- ii. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

"É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". **Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência.**

Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático."

- iv. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
  - b. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
  - c. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
  - d. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
  - e. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
  - f. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
  - g. Justificativas técnicas apresentadas pelo Contratante e desde que aceitas pela Fiscalização.

### **13.DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO**

- i. Em razão da natureza do objeto e este não prosperar por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), o objeto deste TR é irreeajustável.

### **14.DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- i. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### **15.DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

"Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

- ii. **É vedado o reequilíbrio** quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93

## **16.DA GARANTIA CONTRATUAL**

- i. Segundo Marçal:

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Tribunais).**"

- ii. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- iii. A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:
  1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
  2. Seguro-garantia;
  3. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).**
- iv. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do instrumento de contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não de decisão quanto à destinação final pela Administração.

## **17.DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL**

### **A. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- i. Realizar o objeto do contrato nos prazos, preços e condições estabelecidas no presente termo de referência, no edital, no contrato e em sua proposta;
- ii. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- iii. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas.
- iv. Designar **Preposto** no município de Porto Velho, por meio de Carta de Preposição, até a data de assinatura do contrato, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:

- v. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
- vi. Salvo motivo justificado, o preposto deverá atender às solicitações emitidas pelo CONTRATANTE de forma imediata.
- vii. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE.
- viii. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.
- ix. Manter, durante a execução, pessoa habilitada para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao eventual contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização.
- x. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.
- xi. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- xii. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xiii. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.
- xiv. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- xv. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xvi. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
- xvii. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda.
- xviii. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.
- xix. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da execução de serviços.
- xx. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- xxi. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxii. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
  - a. Descrição dos serviços realizados.
  - b. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- xxiii. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.
- xxiv. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.
- xxv. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- xxvi. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- xxvii. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI;
- xxviii. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.
- xxix. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
- xxx. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxx. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*

- xxxvii. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- xxxviii. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- xxxix. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA.
- xl. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

*"XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."*

- xli. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis.**
- xlii. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.
- xliii. A CONTRATADA deverá cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados.
- xliv. A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas e os equipamentos necessários à execução das atividades.
- xliv. A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto deste Termo de Referência.
- xlvi. A CONTRATADA deverá cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição neste Termo de Referência, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei.
- xlvii. Eventuais comunicações serão entregues, preferencialmente, na forma eletrônica.

### **18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- i. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- ii. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- iii. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ.
- iv. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
- v. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- vi. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação.
- vii. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- viii. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
- ix. Os valores constantes da nota fiscal estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso.
- x. Será realizado 01 (um) pagamento mediante nota técnica e certidão da Fiscalização, após a emissão de Termo de Recebimento em Definitivo (TRD).
- xi. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.
- xii. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- xiii. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após o atestado pelo fiscal da Ordem de Serviço e emissão de TRD. **Em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais.**
- xiv. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

	Onde:
$M = I \times$	EM = Encargos moratórios;
$N \times VP$	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = ((TX)/365)$   $I = ((6/100)/365)$   $I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**N1.** A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**N2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

- xvi. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas pela contratada.
- xvii. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- xviii. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações.
- xix. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato, aplicando as penalidades cabíveis.
- xx. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
- xxi. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência do futuro contrato, o objeto deste Termo de referência, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações, exceto as de garantia.

## **19.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
- ii. Conforme Capítulo 9, A, vi, e observando as diretrizes estabelecidas na OS. n. 001-2010/TRE-RO, o Gestor do Contrato poderá autorizar o uso do ambiente e equipamentos da unidade demandante, em horário de expediente normal, para finalidades intrinsecamente ligadas à execução do objeto.
- iii. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente no contrato ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.
- iv. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.
- v. Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa.
- vi. É vedada designação de servidor que:
  - a. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
  - b. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
  - c. tenha parentesco com membro da família do contratado;
  - d. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

## **20.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- i. Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
  - b. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
  - c. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
  - d. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
  - e. Não manter a proposta, injustificadamente;
  - f. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
  - g. Comportar-se de modo inidôneo;
  - h. Cometer fraude fiscal.
- ii. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
- a. Atraso injustificado em cada etapa de execução, **conforme cronograma apresentado pela contratada: Até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
  - b. Atraso injustificado em cada etapa de execução, **conforme cronograma apresentado pela contratada: Entre 10 (dez) a 15 (quinze) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do contrato o atraso superior a 15 (quinze dias) e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.**
  - c. Não apresentação da Garantia, conforme capítulo 16, iii: multa moratória de 5% (cinco por cento) aplicada sobre valor global do respectivo contrato.
- iii. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
- a. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
  - b. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) ocorrências ou superiores a 15 dias poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- v. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA.
  - a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
  - b. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - c. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração. Justifica-se a penalidade mais grave para a inexecução parcial do objeto devido ao prejuízo temporal e de mobilização de recursos humanos deste Regional para acompanhamento da Gestão e Fiscalização Contratual.
  - d. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
  - e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- vi. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- vii. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.
- viii. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
- ix. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).
- x. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- xi. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- xii. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- xiii. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.
- xiv. A não assinatura do contrato após a sua convocação implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93),



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sujeitando-se a compromissária, também, à **multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

### **21. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

- i. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

### **22. ANEXOS**

- i. Fazem parte deste termo de referência os seguintes anexos:

ANEXO I - RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA DE PATOLOGIA [0496275](#);

ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS [0496278](#);

ANEXO III - REGULARIDADE FISCAL [0496279](#);

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL [0515596](#) ;

ANEXO V - ACEITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE [0515635](#);

ANEXO VI - ACEITAÇÃO DE RT E DECLARAÇÕES [0509585](#).

### **23. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR**

1. As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram criadas pelo Servidor Antônio Roberto dos Santos Ferreira.
2. As demais regras do Termo de Referência foram elaboradas pelos servidores Michel Andrade do Nascimento e Leisson de Sousa Castro sob a supervisão do chefe da SEMAP, Frank Busatto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Técnico Judiciário**, em 07/04/2020, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Chefe de Seção**, em 07/04/2020, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0522890** e o código CRC **3C8692EE**.

0000221-23.2020.6.22.8000

0522890v2

Criado por 012928442356, versão 2 por 012928442356 em 07/04/2020 18:03:55



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000221-23.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - **SEMAP**

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise do Termo de Referência - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE LAUDO DE ENGENHARIA PERICIAL**. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 59 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício SEDE do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0496256](#)).

**02.** Para tanto foi carreado aos autos o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([0517392](#)), o qual define os contornos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, seu objetivo e detalhamento, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações. Acompanha o instrumento como ANEXO I – Relatório de vistoria técnica de patologia ([0496275](#)), ANEXO II – Estimativa de preços ([0496278](#)), ANEXO III – Regularidade fiscal ([0496279](#)), ANEXO IV – Modelo de proposta comercial ([0515596](#)), ANEXO V – Aceitação de responsabilidade ([0515635](#)), ANEXO VI – Aceitação de RT e declarações ([0509585](#)).

**03.** Após a Remessa nº 44/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0510752](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade determinou as providências necessárias no referido procedimento, conforme Despacho nº 357/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0510758](#)).

**04.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, enumerou vários quesitos e solicitou diligência a unidade solicitante (SEMAP). Em atendimento e realizados os ajustes necessários juntou-se aos autos o Termo de Referência 5/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0517392](#)), que na sequência recebeu a análise da COMAP, unidade de avaliação de Termos de Referência e Projeto Básico (item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08), entendendo pela regularidade do TR supracitado e seus anexos ([0518568](#)).

**05.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de R\$ 134.900,00 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) – [0518619](#).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Ainda, o coordenador da COFC informou que a proposta orçamentária de 2020 se encontra registrada no processo SEI nº [0002931-50.2019.6.22.8000](#).

**07.** Por fim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG ([0513411](#)). **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**09.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**10.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**11.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

## **III – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO EM SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**

**12.** Sobre à delimitação do objeto, é importante ressaltar que no caso de serviços de engenharia, a definição legal inserida no inciso II do artigo 6º da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei nº 8666/93 elenca diversas atividades, porém de forma exemplificativa. Veja-se:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

I - (...) omissis;

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, **manutenção**, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissional. (sem grifo no original);

(...)

13. Ademais, o estudioso Cláudio Sarian Altounian esclarece o disposto no texto legal:

**Da avaliação das atividades listadas, parece que o legislador procurou definir serviços de engenharia como aquelas atividades em que há predomínio do emprego de mão-de-obra em relação ao de material e, no caso de obra, o contrário.** (Obras Públicas, p. 33. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009) (sem negrito no original)

14. Outra interessante diretriz para a referida distinção é apresentada por Lucas Rocha Furtado:

O critério usualmente adotado para distinguir esses dois contratos (obras e serviços) é o da verificação da tangibilidade, da materialidade de seu objeto. Será obra o contrato que crie nova materialidade, o mesmo não sendo verificado nos serviços. Assim, no caso de um edifício que necessite de reforma, como será criado novo aspecto material, será licitada e contratada a execução de obra. **Ao contrário, na conservação (serviço), não será criado nenhum aspecto material visualmente novo.**

15. No caso em tela, a descrição do objeto pretendido é a contratação de empresa especializada para elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício SEDE do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em Porto Velho, conforme capítulo 2, letra A do TR nº 5 – SEMAP ([0517392](http://www.trerod.org.br)). Portanto, pode-se afirmar que o objeto pretendido pela Administração se enquadra perfeitamente na definição de serviços de engenharia.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**16.** Verifica-se que a Lei nº 10.520, de 2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

**17.** Assim, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado. A esse respeito o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1.617/06, esclarece:

É irregular a utilização da modalidade pregão visando a contratação de obras e serviços de engenharia que possuam complexidade de especificação e de execução inconciliáveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da citada modalidade licitatória.

**18.** Por conseguinte, o assunto está pacificado pela Súmula 257, de 2010, do TCU:

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

**19.** Em consonância com o entendimento da Corte de Contas, o novel Decreto Federal nº 10.024/2019 dispõe expressamente esta possibilidade no seu art. 1º. Ainda, conceitua serviço comum de engenharia como, *ipsi litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**20.** Nesse panorama, sempre que a Administração demonstrar que o objeto é comum, o que demandará avaliação de profissional capacitado em análise aos parâmetros mencionados, permitindo que o julgamento se dê com utilização do tipo menor preço, o pregão poderá ser adotado. A esse respeito temos a seguinte afirmações:

Partindo do pressuposto de que os vocábulos comum e usual encerram conceitos indeterminados, é forçoso reconhecer que a avaliação do que é comum ou usual depende da perspectiva do interlocutor, ou melhor, do agente administrativo que deve decidir se a licitação pode ou não ser feita através da modalidade pregão. Isso porque, o comum e o usual dependem da experiência, da vivência, da atividade do interlocutor em relação ao mercado. (Pregão presencial e eletrônico, p. 54. Curitiba: Zênite, 2005)

**21.** O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02 conceitua, *in verbis*:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**22.** Neste contexto, urge trazer à baila trecho do Acórdão do TCU nº 313/04 – **Plenário** que ensina:

(...) o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.

**23.** É o que se verifica nestes autos, nos quais percebe-se a usabilidade dos serviços pretendidos pela Administração dentro do segmento específico de mercado (área de engenharia). **Assim, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço**, ausente necessidade de investigar elementos outros decorrentes da técnica construtiva aqui irrelevante, já que objetivamente definidas no edital por meio de especificações comuns, habituais e frequente no mercado, conforme regra insita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002.

**24.** Enfatiza-se que o enquadramento do objeto da licitação como serviço comum de engenharia, por sua vez, implica a análise do mercado e do conhecimento dos padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos em normas técnicas ou por usualmente aceitos pelos profissionais de engenharia. Assim, por depender de conhecimentos que extrapolam a esfera jurídica, **não competiria a AJDG a caracterização do objeto contratual como “obra”,**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**“serviço de engenharia”, ou “serviço comum” de engenharia.** Cabe, sim, à área técnica do órgão fazê-la, de modo justificado, o que foi feito nestes autos (Capítulo 7 do TR 4 – SEMAP).

**25.** É neste sentido, aliás, a Orientação Normativa nº 54 da AGU, de 25/04/2014. Veja-se:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

**26.** No caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos serviços a serem contratados, **o que viabiliza a adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória** e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

## **IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**27.** Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002 c/c no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19.**

**28.** Em vista do que regem os referidos artigos, nota-se que a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, nos termos do inciso II, do artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019. Cabendo às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

**29.** Porém, no teor do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, de 30/10/2008, forçosa a análise do Termo de Referência 5 – SEMAP por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise da COMAP ([0518568](#)), unidade com atribuição regimental específica para, avaliar e processar os pedidos de contratação, os projetos básicos, termos de referência, podendo inclusive



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requerer e efetuar ajustes e complementações necessárias, na forma do inciso XXIV, art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008.

**30.** Pois bem, para a licitude da competição, impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do órgão, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Pelo contexto lógico da contratação ora em análise - **ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA PERICIAL** - a justificativa apresentada no Capítulo 3 do Termo de Referência explicita com clareza, não restando dúvidas quais sejam as reais necessidades do órgão.

**31.** O Termo de Referência traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos, a definição dos métodos, a execução e recebimento do serviço, obrigação das partes, forma de pagamento, penalidades e rescisão contratual. Todos os requisitos citados foram demonstrados no instrumento técnico ora em análise.

**32.** Sobre a pesquisa de mercado para obter o preço estimado para contratação, a Corte de Contas Nacional orienta:

AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.] [ACÓRDÃO]

**9.1.** determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:

[...]

**9.1.12.** realize uma **detalhada** estimativa de preços com base em pesquisa **fundamentada** em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível**, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (sem grifo no original).

**33.** A SEMAP pesquisou os preços praticados junto a empresas deste ramo se serviço específico, de acordo com a Pesquisa de mercado para estimativa de preços ([0496278](#)), procedimento que atende a orientação da Corte de Contas Nacional.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**34.** Ainda, registra-se que a metodologia usada pela unidade demanda encontra respaldo no art. 6º do Decreto Federal nº 7.983/2013 que prescreve a possibilidade de afastar a tabela SINAP na fixação dos custos de obras e serviços de engenharia, mediante justificativa (Capítulo 5 do TR nº 5/2020).

**35.** Destaca-se que seu Capítulo 5 – DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA atendeu ao preceito da Súmula TCU nº 259: “Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério e aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de **preços máximos** para ambos, **é obrigação e não faculdade do gestor**”.

**36.** Sobre **sustentabilidade**, no âmbito do Poder Judiciário, esta temática é abordada pela Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

**37.** O normativo citado reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

**38.** No caso em comento, o TR em análise menciona a adoção dos parâmetros estabelecido a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG, de observância não obrigatória por este Regional e utilizada em alguns casos como de boa prática administrativa. Contudo, os critérios adotados (Capítulo 4, Letra B) não ferem os normativos aplicados a esta Justiça Especializada. Pelo contrário, eles vão ao encontro da finalidade buscada, promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública.

**39.** Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a futura contratada deverá enviar, preferencialmente, os documentos em forma digital, considerando uma excepcionalidade a entrega de documentos de maneira física, como por exemplo documentos sujeitos à conferência de assinatura pelo CREA e os desenhos em A4.

**40.** Cabe, ainda, o registro de que já se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015.

**41. Destaque para a possibilidade de subcontratação parcial do objeto, de acordo com as regras previstas no Capítulo 11 do TR**

**juntado.** A jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei nº 8.666/93.

**42.** À luz das prescrições legislativas citadas, a Corte de Contas vem considerando ilegal a subcontratação **não prevista no instrumento convocatório e contratual**. Nesse sentido, veja-se, exemplificativamente, o Acórdão nº 1014, proferido ainda do ano de 2005:

Nos ensinamentos de Jessé Torres Pereira Junior (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renova, 2002, p. 694.) “(...) poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato, vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.” (grifei) Assim, deve-se observar a previsão de subcontratação no instrumento convocatório do certame licitatório e no contrato celebrado com a empresa, nos termos dos arts. 78, IV, combinado com o art. 72, todos da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 1014/2005, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 20.07.2005.)

**43.** Todavia, e a despeito da subcontratação consentida, até os limites previstos, a empresa contratada permanece com total responsabilidade legal e contratual.

**44.** Relativamente à **garantia de execução do contrato**, insta frisar que o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 permiti a autoridade competente, a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

**45.** Conforme Capítulo 16 do TR 5 em análise, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Ademais, a eventual contratada deve apresentá-la no prazo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### **46. Faz-se necessário as seguintes modificações no TR em comento:**

- **retirar do subitem “c”, da letra “F”, do Capítulo 7 do TR, a exigência de declaração de apresentação de garantia contratual, pois este documento não está no rol descrito no art. 31 da Lei nº 8.666/93.**

47. Por seu turno, o Termo de Referência em comento juntamente com seus anexos, possuem os elementos essenciais definidos no art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05.

## **V – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

48. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

49. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, por força do art. 48, inciso III, da LC 123/2006 e do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, deverá ser estabelecido cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME e EPP.

50. No caso em tela, o valor estimado está acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e o objeto a ser licitado tem natureza indivisível. Portanto, esses benefícios legais não serão utilizados na futura disputa.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **VI – MINUTA DO CONTRATO**

**51.** Com relação a **minuta de contrato a ser celebrada** - previsto no capítulo 10 do Termo de Referência 5 ([0517392](#)) - o referido instrumento será analisado juntamente com a minuta do edital(art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002).

### **VII – CONCLUSÃO**

**52.** Por todas essas considerações, o **Termo de Referência (0517392)**, parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para aprovação, se assim entender, atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento, **desde que seguida a orientação exarada no item 46 deste opinativo**, sendo **desnecessário** o encaminhamento dos autos para esta unidade após a efetivação da alteração acima apontada.

**53.** Nesse compasso, esta Assessoria Jurídica opina pela autorização da contratação pretendida por meio procedimento licitatório, na **modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 c/c no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, que foi incorporado no procedimento deste Regional mediante Portaria nº 143/2005/TER-RO, **salvo** se comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, Decreto nº 10.024/2019).

**54.** O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior do órgão, deve estabelecer o **tipo de licitação menor preço para um único item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a SEMAP optou pelo modo de disputa por lances abertos e fechados.

**55.** Reprisa-se que, no futuro certame, é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, nos termos do art. 6º e 10 do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/06.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**56.** Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

**57.** Reitera-se, por fim, que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, não incumbe a esta unidade avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 07/04/2020, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0522771** e o código CRC **5E83AEF1**.

0000221-23.2020.6.22.8000

0522771v7

Criado por 004891562321, versão 7 por 004891562321 em 07/04/2020 16:57:3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000221-23.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Aprovação Termo de Referência - contratação de empresa especializada em elaboração de laudo técnico de engenharia pericial.

**DESPACHO Nº 531 / 2020 - PRES/DG/GABDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, para contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços comuns de engenharia para elaboração de laudo técnico de engenharia pericial, por meio de pregão eletrônico, no edifício sede da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0496256](#)).

Carreou-se aos autos estimativa de preços obtidos com empresas do ramo, como se extrai do evento n. [0496278](#).

Veio aos autos o Termo de Referência nº 7/2020 ([0522890](#)) contendo em especificação do objeto, justificativa para a pretensa aquisição, bem como conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações.

A COMAP, após análise, concluiu que o Termo de Referência n. 5/2020 (evento [0517392](#)) - complementado pelas pesquisas de preços sistematizadas no evento [0496278](#) - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019 ([0518568](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais)**, informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0518619](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, por meio do Parecer Jurídico n. 59/2020 (evento n. [0522771](#)), pela autorização da contratação pretendida, por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por menor preço por item único, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, pela adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's e destacou que a SEMAP optou pelo modo de disputa por lances abertos e fechados, por fim, opinou pela aprovação do TR, pela autoridade competente, após efetivada a retificação constante do item 46 do Parecer jurídico.

Em observância ao *item 46* do Parecer Jurídico Nº 59 / 2020 - PRES/DG/AJDG ([0522771](#)), a unidade demandante juntou o Termo de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referência nº 7/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0522890](#)), com os devidos ajustes, não havendo necessidade de nova submissão ao crivo da AJDG uma vez que os ajustes foram pontuais e efetuados nos termos sugestionados pela unidade jurídica em questão de materiais e objetivas.

Submetido o feito à apreciação da SAOFC, a unidade manifestou-se no mesmo sentido da AJDG ([0522991](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, nos termos do item 3 do TR n. 7/2020 ([0522890](#)), tem-se como justificada a necessidade da presente contratação dos serviços objeto dos presentes autos, tendo em vista a complexidade técnica dos serviços de inspeção no edifício sede da Justiça Eleitoral de Rondônia, que deve ser realizada por especialistas na área de patologias da construção e estruturas, profissionais este que não dispõe no quadro funcional desta instituição, além de eventual necessidade de procedimentos com utilização de equipamentos específicos que também não se encontram entre os bens deste Tribunal, sem desconsiderar a questão da habilidade operacional do mesmo, o que dificulta a realização de tal serviço pelos profissionais do TRE-RO.

Considerando que o valor da pretensa contratação, estimado em **R\$ 134.900,00** (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais), extrapola a situação de dispensa legal, e que se trata de serviços de engenharia (capítulo 2, letra A do TR nº 7 – SEMAP ([0522890](#))), adota-se a modalidade de licitação pregão, em sua forma eletrônica, como determinada § 1º do art. 1º, do Decreto nº 10.024/2019, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, em atenção ao art. 1º, § 4º, Decreto n. 10.024/2019.

Registra-se que, como bem pontuado no parecer da AJDG ([0522771](#)), a Lei nº 10.520/2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente e o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

O edital de licitação, deve estabelecer o **tipo de licitação menor preço para um único item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a SEMAP optou





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo modo de disputa por lances abertos e fechados, com lances de intervalo mínimo de 1% do total estimado na fase aberta, na forma do art. 33 do Decreto Federal n. 10.024/2019, nos termos apontados no item 7, I do TR n. 7/2020 ([0522890](#)).

No caso *sub examine*, é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, posto que o valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte. Não sendo o objeto divisível, afasta-se também o estabelecimento de cota de até 25% do objeto, previsto no inciso III do art. 48 da referida lei.

O edital do certame deve observar os **artigos 9º e § 4º do art. 22, ambos do Decreto Federal n. 7.892/2013**, bem como as recomendações contidas no **Acórdão TCU n. 1.925/06 - Plenário, disciplinado no art. 15 do Decreto 10.24/2019**, quanto à restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, mas retirando seus valores dos documentos que serão objeto de publicação.

No que tange aos critérios de **sustentabilidade ambiental**, nos termos dispostos no item 4, letra "B" do TR (0522890) a contratada deverá dar cumprimento às exigências ali elencadas adotando-se, em síntese, todos os procedimentos ambientalmente adequados para atendimento dos mandamentos que norteiam a matéria dispostos no Decreto 7746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, no caso sob análise adotando-se, preferencialmente, o envio de documentos em forma digital, **somente em casos excepcionais**, deverão ser entregues documentos de maneira física.

Com relação à questão de subcontratação abordada no item 11 do TR n. 7/2020 ([0522890](#)), faz-se necessário pontuar a sua possibilidade desde que parcial, respeitando-se o limite de até 50% (cinquenta por cento) do volume total dos serviços e mantida a integral responsabilidade legal e contratual da contratada.

Por fim, no presente caso, **a minuta de contrato a ser celebrada** - prevista no capítulo 10 do Termo de Referência 7 (0522890) - o referido instrumento será analisado juntamente com a minuta do edital (art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002), como também pontuado no item 51 do parecer jurídico da AJDG ([0522771](#)).

Em face do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, constatada ainda a necessidade da contratação para





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atender às demandas deste Tribunal e, com base nas atribuições delegadas pelo inciso I do art. 1º da Portaria 66/2018, esta Diretora-Geral:

**1. APROVA o Termo de Referência nº 7 (0522890)** porquanto possui os elementos essenciais definido no inciso XI do art. 3º do Decreto n. 10.024/2019.

**2. AUTORIZA licitação na modalidade pregão** em sua forma eletrônica, por “**menor preço**”, por **item único**, com fulcro na Lei nº 10.520/02 c/c no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19 e no [§ 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993](#) - modo de disputa por **lances abertos e fechados**.

**3. DECLARA inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, para o item 1, fulcro no [art. 6º do Decreto n. 8.538/2015](#) c/c [Lei Complementar n. 123/2006](#), bem como de qualquer cota com destinada a essa categoria de empresas;

**4. DETERMINA a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, conforme exposto no item 4, subitem b do **TR nº. 7/2020**, com fulcro na [Resolução n. 201/2015 do CNJ](#);

**5. DETERMINA a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação**, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, retirando seus valores dos documentos que serão objeto da publicação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 17/04/2020, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0525130** e o código CRC **D6603A87**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 011001942313, versão 35 por 004577222313 em 17/04/2020  
18:30:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000221-23.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico– CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE LAUDO DE ENGENHARIA PERICIAL. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 75 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício SEDE do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0496256](#)).

**02.** O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria mediante o Parecer Jurídico nº 59/2020 – PRES/DG/SJDG ([0522771](#)), oportunidade na qual opinou pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, observando a **inaplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's, em razão do valor total estimado para a contratação, e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Sobrevindo a manifestação da SAOFC (Manifestação nº 157/2020 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0522991](#)), a contratação foi autorizada pela Diretora Geral deste Regional, o qual aprovou o Termo de Referência nº 7/2020 (0522890), determinou a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

**04.** Para atender ao Despacho nº 680/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0525749](#)), a Seção de Contrato juntou minuta de contrato ([0525869](#)). Prosseguindo o feito, SLC juntou da Portaria nº 703/2019 ([0526263](#)), que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano, bem como a minuta do instrumento convocatório ([0526264](#)).

**05.** Por fim, remeteu-se os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0526265](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**07.** Verifica-se que a minuta do edital ([0525869](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Nessa linha, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

**08.** Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, para elaboração de laudo técnico de engenharia pericial no edifício sede, as propostas e os lances serão ofertados **POR ITEM**, considerando o **VALOR GLOBAL PARA O**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ÚNICO ITEM**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico, consoante subtópicos 5.2.1 e 7.1.1.

**09.** Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista (item 9), inclusive ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, incluída no subitem 9.6, letra “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

**10.** Tratando-se do tipo de contratação em análise, digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes de documentos comprobatório de sua qualificação técnica elencados no subitem 9.3 da minuta do Edital *sub examine* (art. 30, § 1º da Lei nº 8.666/93), dentre eles: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica perante o conselho de Classe comprovando exercer atividade semelhante ao objeto do certame em questão, Atestado de Capacidade Técnico-Operacional e Certidão de Acervo Técnico-CAT.

**11.** Cabe destacar que será permitido o somatório de atestado para demonstração da aptidão técnico-profissional no desenvolvimento do objeto licitado, presente no subitem 9.3, b.4, letra “e”.

**12.** Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no subitem 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas a partir da solicitação pelo Pregoeiro para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos da Instrução Normativa MPOG nº 1, de 26 de março de 2014.

**13.** Ainda, constata-se o acatamento da recomendação contida no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, quanto à restrição da divulgação dos preços estimados, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO (subtópico 15.10 da minuta do edital).

**14.** Verificou-se que no subitem 4.1, letra “a.1”, cita a IN SLTI/MPOG nº 02/2010 revogado pela IN nº 03, de 26 de abril de 2018. Assim este **erro material** na minuta ora em análise deverá ser corrigidos antes da publicação do edital.

**15.** Por fim, sugere-se, também, a SLC revisão do texto do instrumento convocatório antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III – DA CONCLUSÃO**

**16. Pelo exposto**, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do edital e seus anexos (0526264)**, estando este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo, devendo o tópico 14 deste parecer ser atendido antes de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/04/2020, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0528704** e o código CRC **C1F9383F**.

0000221-23.2020.6.22.8000

0528704v6

Criado por 004891562321, versão 6 por 004891562321 em 28/04/2020 12:26:35.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000221-23.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

**ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 15/2020** - Contratação de Pessoa Jurídica especializada na elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício SEDE do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Análise recursal – Empresas Recorrentes: MAURO SÉRGIO DANNA ENGENHARIA - EIRELLI e E.C.P. SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS - EIRELI**

**PARECER JURÍDICO Nº 111 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício SEDE do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0496256](#)).

**02.** A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0526264](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 75/2020-PRES/DG/AJDG ([0528704](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2020 ([0528897](#)).

**03.** Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO ([0528899](#)). Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento nº [0529647](#).

**04.** Houve um pedido de esclarecimento da EMPRESA ITAPITÃ ENGENHARIA em relação a área do terreno a ser executado os serviços (0530439). Não houve impugnação ao Edital.

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0535943](#));

b) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame – **PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 07.765.850/0001-20 ([0537507](#)), e seus respectivos documentos de habilitação ([0537531](#), [0537532](#), [0537533](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Solicitação nº 60/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0537534](#)), o Pregoeiro solicita manifestação da unidade demandante (SEMAP) sobre o valor ofertado representar aproximadamente 1/3 do valor estimado, e que foi solicitado a empresa documentos que comprovem a exequibilidade da proposta ([0537507](#)). Os autos foram a SECA – Seção de Contabilidade Analítica para análise da habilitação econômica financeira da licitante que, ao final, atestou que a empresa PROJECON atende as exigências previstas no certame ([0537971](#)).

d) Manifestação da unidade técnica – SEMAP ([0538174](#)) informando que a proposta da empresa está de acordo com o exigido no procedimento licitatório e que a documentação apresentada pela empresa **ATENDEU** quanto aos requisitos de qualificação, conforme análise da SEMAP, e quanto ao subcapítulo G do capítulo 7 e capítulo 8, e análise da Seção de Contabilidade Analítica - SECA ([0537971](#)), no que se refere ao subcapítulo F do capítulo 7 do Termo de Referência nº 7/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0522890](#)).

e) Ata do Pregão Eletrônico nº 15/2020 ([0542632](#)) com declaração de habilitação da empresa **PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 07.765.850/0001-20;

f) Recurso interposto pelas licitantes **MAURO SÉRGIO DANNA ENGENHARIA - EIRELLI** e **E.C.P. SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS - EIRELI** ([0542636](#) e [0542638](#));

g) Contrarrazões ao recurso apresentada pela licitante vencedora, **PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.** ([0542640](#) e [0542641](#));

h) Manifestação nº 23/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0542732](#)) sobre as razões e contrarrazões apresentadas a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro;

i) Solicitações da SLC a unidade demandante diante dos questionamentos de ordem técnica levantados pelas empresas recorrentes ([0542642](#) e [0543211](#));

j) Informações da unidade SEMAP em resposta aos questionamentos técnicos das licitantes recorrentes ([0542732](#) e [0543374](#)) e,

k) decisão do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0543497](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Por fim, o pregoeiro apresenta seu Relatório nº 36/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação do item e homologação do certame ([0543499](#)).

**07.** Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 80 - [0543506](#)). **É o relatório.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

**09.** Na publicação do aviso ([0528899](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**10.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo pregoeiro ([0531830](#)). Não houve impugnação ao edital.

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve.

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0535943](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 15/2020 ([0542632](#)). Não houve recusa de lances.

**d) Item deserto:** Não houve.

**e) Cancelados na aceitação:** Não houve.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**f) Fase de negociação/ aceitação:** Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0543499](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SEMAP), o qual respondeu aos questionamentos de ordem técnica levantados pelas empresas recorrentes e opinou na classificação e na aceitação do item (, conforme Manifestação nº 21/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0538174](#)).

**g) Fase de Habilitação:** A empresa: **PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.** atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0537531](#), [0537532](#) e [0537533](#)). A unidade demandante manifestou-se pela regularidade da documentação ([0538174](#)), dessa forma a citada licitante foi habilitada.

**h) Recurso:** Os recursos foram conhecidos ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito pelo não acolhimento dos pedidos, posto que improcedentes ([0542636](#) e [0542638](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto do item caberá a autoridade superior.

**11.** De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

**12.** Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

**13.** Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

**14.** Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

**15.** Com relação ao mérito considerado improcedente pela análise do pregoeiro, as recorrentes não apresentaram razões plausíveis para frutificar suas alegações recursais ([0542636](#) e [0542638](#)). Em suas razões de recurso, noticiam em síntese que:

**I** - Em consulta ao CIM – Cartão de Inscrição Municipal, a licitante PROJECON não possui cadastrada atividade para prestação de serviços de perícias de engenharia.

O edital estabelece no seu item 4.1, “b”, que as empresas possuam registrado em seu ato constitutivo ramo de atividade **compatível** com o objeto da licitação, e não *ipsis litteris* ao objeto, significado bem diferente daquele que o recorrente quer impor. Ademais o pregoeiro informa em sua decisão que junto ao SICAF consta a atividade 876 – perícia, laudo e avaliação.

**II** - O Pregoeiro não aplicou o prescrito na alínea “b” do item 9.2 do edital, que assim dispõe:

(...) b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

O edital no seu item 10.4 faculta ao pregoeiro consulta ao SICAF para, se necessário, alcançar por aquele meio documento de habilitação de licitantes. Pelo o que se depara no certame não foi preciso lançar mão desse recurso até porque, como atestou o pregoeiro, consta nos autos a terceira alteração contratual do estatuto social da licitante habilitada ([0537532](#)) com informações suficientes para sua análise.

**III** - o Pregoeiro não aplicou o prescrito na alínea “b” do item 9.3 do edital, que assim dispõe: 9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA são os seguintes:

(...) b) Comprovação, por meio de atestado técnico de que a empresa licitante prestou serviços, com características semelhantes previstas neste, qual seja a entrega final do Laudo de perícia em estruturas prediais, para a qual é exigido profissional devidamente habilitado para prestação do serviço.

A argumentação da empresa recorrente não procede. No evento [0537532](#) estão adicionados os Atestados de Capacidade Técnica -



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACT emitidos pelo Hospital Universitário da UFRN e pelo INCRA, ambos devidamente analisados pela unidade técnica demandante dos serviços (0538174).

**IV** - A licitante PROJECON não atendeu a alínea b, pois não anexou os atestados técnicos registrados pertinentes as ART elencadas: CREA RN 2018014922 e ART 0720150051568 CREA DF.

Da mesma forma da anterior, essa alegação também não procede. Conforme atesta a unidade técnica solicitante no evento [0543497](#), os ACT's estão acompanhados de suas respectivas ART's.

**V** – As recorrentes alegam que não ficou comprovada a exequibilidade da proposta.

De acordo com análise técnica da unidade demandante da contratação dos serviços (SEMAP), em resposta ao assunto, evento [0542732](#), não foi identificado fatos ou situações que venham a caracterizar a inexecutabilidade da proposta apresentada pela licitante habilitada empresa PROJECON.

Ainda, e forma pertinente, o item 8.2 da manifestação do pregoeiro ([0543497](#)), esclarece que “*o edital não exigiu a composição unitária de subserviços para compor o Laudo Técnico, o objetivo da comprovação exigida pelo Pregoeiro não se presta ao detalhamento do BDI, mas apenas para comprovar que o valor da proposta cobre, ao menos, os custos. Nesse sentido, não cabe à Administração impor ao vencedor qual margem de lucro esta deve auferir, ainda que se mostre mínimo. Diante da manifestação da unidade demandante, tenho por atendida a regra do edital nesse quesito.*”

**16.** Por sua vez a empresa contrarrazoante (Projecon - Projetos e Construções Ltda.) alega que atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, requer sejam os recursos indeferidos e mantida a decisão que a habilitou no certame.

**17.** Primeiramente, destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou todos os pontos alegados pelas recorrentes, já citados no item 15 deste opinativo ([0537971](#), [0538174](#), [0542732](#) e [0543374](#)).

**18.** O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0543497](#)).

**19.** Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações das empresas recorrentes. O princípio da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

**20.** Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

**21.** Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

**22.** A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO**

**23.** Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante das aquisições, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

**24.** Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

**25.** Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou ótima vantagem, conforme registrado na ata do certame ([0542632](#)).

**26.** Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

**27.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**28. Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica opina pela:

**a) adjudicação do objeto em favor da empresa PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 07.765.850/0001-20**, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

**b) pela homologação do certame pela autoridade competente**, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

**29.** Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 05/06/2020, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0544376** e o código CRC **F61B7A6B**.

0000221-23.2020.6.22.8000

0544376v14

Criado por 004891562321, versão 14 por 004891562321 em 05/06/2020 13:21:07.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000221-23.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: Apreciação dos recursos interpostos pelas licitantes MAURO SÉRGIO DANNA ENGENHARIA - EIRELLI e E.C.P. SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS - EIRELI - Homologação do Pregão nº 15/2020

**DECISÃO Nº 9 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para elaboração de laudo técnico pericial de engenharia no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0496256](#)). O valor total estimado da contratação é de R\$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais).

Após a aprovação da despesa, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do extrato do Edital de Pregão





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eletrônico n. 15/2020 no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral, conforme evento ([0529647](#)) e, sua íntegra disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e no sítio eletrônico deste Tribunal.

Houve um pedido de esclarecimento da EMPRESA ITAPITÃ ENGENHARIA em relação a área do terreno a ser executado o serviço ([0530439](#)), devidamente respondido pelo pregoeiro ([0531830](#)). Não houve impugnação ao Edital.

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0542632](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0543499](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.

Da ata do Pregão, extrai-se que a melhor proposta foi apresentada pela licitante PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.765.850/0001-20, no valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Na fase recursal, as licitantes MAURO SERGIO DANNA ENGENHARIA EIRELI e ECP SOLUCOES EM SERVICOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS EIRELI registraram intenção de recurso ([0542633](#) e [0542634](#)) e apresentaram as razões tempestivamente ([0542636](#) e [0542638](#)).

Em suas razões recursais, a licitante MAURO SERGIO DANNA ENGENHARIA EIRELI aduz, em síntese, que: a) em consulta ao CIM – Cartão de Inscrição Municipal, a licitante PROJECON não possui cadastrada atividade para prestação de serviços de perícias de engenharia; b) o Pregoeiro não aplicou o prescrito na alínea “b” do item 9.2 do edital, que dispõe acerca do ato constitutivo como documento de habilitação; c) o Pregoeiro não aplicou o prescrito na alínea “b” do item 9.3 do edital, que dispõe sobre a apresentação de documentos que comprovem, por meio de atestado técnico, que a empresa licitante prestou serviços com características semelhantes previstos no edital; d) a licitante vencedora não anexou os atestados técnicos registrados pertinentes as ART 's elencadas: CREA RN 2018014922 e ART 0720150051568 CREA DF; e e) não ficou comprovada a exequibilidade da proposta.

Por sua vez, a licitante ECP SOLUCOES EM SERVICOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS EIRELI também questionou a exequibilidade da proposta da licitante vencedora.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em suas contrarrazões ([0542640](#) e [0542641](#)), a licitante vencedora alega, em síntese, que atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, enumerando toda documentação que corrobora sua qualificação técnica e jurídica.

Em sua manifestação ([0543497](#)), com base nas informações prestadas pela unidade demandante ([0542732](#) e [0543374](#)), o pregoeiro relatou que: a) O edital estabelece (item 4.1, “b”) que poderão participar da licitação as empresas que possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação. Ora, compatível não é a mesma coisa que “igual”. Não exige o edital que a empresa tenha expressamente escrito na sua razão social o objeto “laudo pericial”, bastando que haja compatibilidade; b) Consta nos autos ([0537535](#), fl. 02) a terceira alteração contratual do estatuto social com informações suficientes para a análise do Pregoeiro, não sendo necessária a juntada de mais documentos, visto que o objetivo da exigência não é a juntada do maior número de papéis, mas apenas o necessário para obter a informação requerida e anteder ao edital. Ademais, o item 10.4 do edital expressamente permite ao Pregoeiro a consulta ao SICAF para obtenção dos documentos de habilitação, inclusive jurídica; c) Consta nos autos ([0537535](#)) à fl. 08 ACT emitido pelo Hospital Universitário da UFRN. Consta à fl. 16 ACT emitido pelo INCRA. Assim, os atestados foram apresentados, analisados pela unidade demandante e achados regulares.; d) A vencedora apresentou: i) ACT emitido pelo HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; ii) ACT emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, acompanhado pela respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. e e) O edital não exigiu a composição unitária de subserviços para compor o Laudo Técnico, o objetivo da comprovação exigida pelo Pregoeiro não se presta ao detalhamento do BDI, mas apenas para comprovar que o valor da proposta cobre, ao menos, os custos. Nesse sentido, não cabe à Administração impor ao vencedor qual margem de lucro esta deve auferir, ainda que se mostre mínimo.

Dessa forma, concluiu pela improcedência do recurso.

Por fim, a Assessoria Jurídica da Diretoria-geral considerou acertada a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante das aquisições, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto. Que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e nulidade do procedimento licitatório. Concluiu que o procedimento transcorreu de forma regular e opinou pela adjudicação do objeto em favor da licitante vencedora e pela homologação do certame ([0544376](#)).

### **É o necessário. Passo à análise do recurso.**

Preliminarmente, verifica-se que as recorrentes participaram do certame, caracterizando o seu interesse. Os recursos foram apresentados na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço dos recursos.

No mérito, verifico que não assiste razão às recorrentes. Compulsando os autos, verifico que a recorrida apresentou todos os documentos de habilitação exigidos pelo Edital nº 15/2020 ([0528897](#)).

Em relação à alegação de que a licitante Projecon não possui atividade cadastrada para prestação de serviços de periciais de engenharia e não possui código de inscrição para prestação de serviços de perícia de engenharia, o edital estabelece no seu item 4.1, “b”, que as empresas possuam registrado em seu ato constitutivo ramo de atividade **compatível** com o objeto da licitação, e não *ipsis litteris* ao objeto, significado bem diferente daquele que o recorrente quer impor. Ademais o pregoeiro informa em sua manifestação que junto ao SICAF consta a atividade 876 – perícia, laudo e avaliação.

No tocante à alegada ausência de habilitação jurídica, consta nos autos a terceira alteração contratual do estatuto social da licitante habilitada com informações suficientes para sua análise ([0537532](#)).

Quanto aos questionamentos acerca de sua qualificação técnica, foram devidamente juntados os Atestados de Capacidade Técnica - ACT e acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ([0537532](#)). Portanto, atendida a regra do edital nesse quesito.

Quanto à alegada inexecutabilidade da proposta, a análise técnica efetuada pela unidade demandante não identificou fatos ou situações que pudessem caracterizar tal situação. Conforme bem asseverado pelo pregoeiro, *"não cabe à Administração impor ao vencedor qual margem de lucro esta deve auferir, ainda que se mostre mínimo"*.

Conclui-se, portanto, que a documentação apresentada pela recorrida comprova o mínimo objetivamente definido no edital. Dessa forma, as decisões do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, e não merecem reforma.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0542632](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral:

a) **Conhece dos recursos** interpostos pelas empresas MAURO SERGIO DANNA ENGENHARIA EIRELI e ECP SOLUCOES EM SERVICOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS E AMBIENTAIS EIRELI e, **no mérito, nega-lhes provimento**, mantendo inalteradas as decisões do pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) **ADJUDICA o objeto em favor da empresa PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.765.850/0001-20**, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 15/2020 ([0528897](#))**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 05/06/2020, às 19:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0544480** e o código CRC **C1DC8D0F**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0000221-23.2020.6.22.8000

0544480v27

---

Criado por 026098941465, versão 27 por 004577222313 em 05/06/2020  
19:20:31.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 09Jun20 NUMERO: 2020NE000407  
ESPECIE : 01 - ORIGINAL  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDEREÇO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL  
MUNICÍPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07765850/0001-20 - PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA  
ENDEREÇO : CRUZEIRO DO FORTE 574 LOJA 08 BOA VIAGEM  
MUNICÍPIO : 2531 - RECIFE UF: PE CEP: 51030-620

TAXA CAMBIO:

OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

NOTA EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAL, CONFORME  
TERMO DE REF. 7 SEMAP(0522890), PARECER 111 AJDG (0544376), DECISÃO 9 DA DG  
(0544480) E DESPACHO 963 SAOFC(0545086) DO PROC. SEI 0000221-23.2020.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 IEF MANPRE

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00002212320206228000

UF/MUNICÍPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 45.500,00

QUARENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339039 SUBITEM: 05 -SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAI

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	45.500,00
			VALOR DO SEQ. :	45.500,00

SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA "ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA  
PERICIAL" NO EDIFÍCIO SEDE DESTA TRE/RO, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS  
NO EDITAL E SEUS ANEXOS NR 15/2020.

T O T A L : 45.500,00

LIA MARIA ARAUJO  
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA  
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO

Assinado eletronicamente pelo(a) FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO  
CPF: 16251784253  
Data: 09/06/2020 14:05:00  
Assinado eletronicamente pelo(a) LIA MARIA ARAUJO LOPES  
CPF: 260468  
Data: 09/06/2020 14:05:00



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE CARTA-CONTRATO**

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 14/2020/TRE-RO, assinada em 10/06/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 15/2020. Contratada: PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n. 07.765.850/0001-20. Objeto: Serviços comuns de engenharia para elaboração de 1 (um) laudo técnico de engenharia pericial no Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018, 3555/2000 e 10.024/2019. Vigência: 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 10/06/2020. Valor: R\$ 45.500,00. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.39-05. Nota de Empenho 2020NE000407, de 09/06/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 531/2020 - PRES/DG/GABDG, de 17/04/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 09/2020 - PRES/DG/GABDG, de 05/06/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor MARCILIO JOSÉ SANTOS DE BRITO. Processo SEI: 0000221-23.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 10/06/2020, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0546285** e o código CRC **8B8ED782**.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 111, sexta-feira, 12 de junho de 2020

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

##### EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 14/2020, assinada 10/06/20. Pregão Eletrônico 15/20. Contratada: PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n. 07.765.850/0001-20. Objeto: Serviços comuns de engenharia para elaboração de 1 laudo técnico de engenharia pericial no Edifício Sede do TRE-RO. Fundamento: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/93 e 10.520/02, e Decretos Federais 9507/18, 3555/00 e 10.024/19. Vigência: 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 10/06/20. Valor: R\$ 45.500,00. Nota de Empenho: 2020NE000407, de 09/06/2020. Homologação: DECISÃO 9/20 - GABDG, de 05/06/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, MARCILIO JOSÉ SANTOS DE BRITO. Processo SEI 0000221-23.2020.6.22.8000.

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 12/2019, assinado em 10/06/2020. Contratada: CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 21.993.593/0001-03. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato n. 12/2019 por mais 60 dias, a contar de 27/07/20, sem efeitos financeiros para o TRE-RO. Fundamentação: Cláusula 4ª do Contrato n. 12/2019, e Art. 57, I, da Lei 8.666/93. Ato de Autorização DESPACHO Nº 826/2020/GABDG, de 09/06/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS. Processo SEI n. 0002969-62.2019.6.22.8000.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

##### EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Welkan Tecnologia EIRELI. CNPJ da Contratada: 09.159.503/0001-89. Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico para o software de backup Data Protector. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.40. N. do Empenho: 2020NE000589. Data do Empenho: 02/06/2020. Valor mensal: R\$ 629,00. Data da assinatura: 08/06/2020. Vigência: 08/06/2020 a 31/10/2023. Pregão n. 025/2020. Contrato n. 029/2020.

##### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PAE n. 20.328/2020. Objeto: Contratação de empresa para inscrição de servidores no evento "TDC Florianópolis Online - 2020". Contratada: V. OFFICE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. CNPJ n. 05.533.015/0001-39. Valor: R\$ 3.430,00. Nota de Empenho: 2020NE000624. Data de emissão: 08/06/2020. Fundamentação Legal: art. 25, Inc. II, e 13, Inciso VI, da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.39. Reconhecimento: Eduardo Cardoso - Secretário de Administração e Orçamento, em 08/06/2020. Ratificação: Daniel Schaeffer Sell - Diretor-Geral, em 08/06/2020.

##### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PAE n. 22/2020 - CCM/SAO. Objeto: Contratação dos serviços de coleta de lixo para o Depósito de Móveis do TRE/SC, localizado no município de São José/SC, para o exercício de 2020, junto à AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, CNPJ 03.094.629/0030-70. Fundamentação Legal: art. 25, "caput", da Lei n. 8.666/1993. Reconhecimento: Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, em 5/6/2020. Ratificação: Daniel Schaeffer Sell, Diretor-Geral, em 9/6/2020.

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: BrasilRecruta Mão de Obra EIRELI. CNPJ da Contratada: 07.593.524/0001-82. Objeto: Termo Aditivo n. 053/2020, referente ao Contrato n. 055/2018, cujo objeto é a prestação de serviços especializados e continuados em design gráfico e serviços técnicos na área de tratamento de áudio e vídeo (alteração temporária do modo de execução dos serviços para a forma remota). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 08/06/2020. Pregão n. 047/2018.

##### RESULTADO DE JULGAMENTO

###### PREGÃO Nº 23/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no elevador instalado no imóvel que abrigará o Depósito de Urmas e de Móveis e Almoxarifado do TRESC. Data do julgamento: 26/05/2020. Empresa vencedora: E W T BRASIL ELEVADORES LTDA.

FLÁVIO LANZA

Pregoeiro

(SIDEC - 10/06/2020) 070020-00001-2020NE999999

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 - UASG 70020

Nº Processo: 17281/2020. Objeto: Aquisição de materiais elétricos para as Eleições de 2020. Total de Itens Licitados: 9. Edital: 12/06/2020 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior Nr. 80, Centro - Florianópolis/SC ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00033-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00033-2020). Entrega das Propostas: a partir de 12/06/2020 às 12h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 26/06/2020 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2020).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE  
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 10/06/2020) 70020-00001-2020NE999999

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo notifica a empresa C4F CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ : 30.700.552/0001-73, que se encontra em lugar incerto e não sabido, na pessoa de sua representante legal, Sra. MARIA MADALENA DA SILVA, CPF 129.962.058-20 para apresentar DEFESA PRÉVIA, contados da publicação deste edital, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93. O processo administrativo visa apurar a conduta da empresa em meio ao certame Pregão Eletrônico Federal nº 3/2020, tendo em vista o não atendimento ao chamado do pregoeiro, o que configura a desistência em manter a proposta, falta esta passível da imposição da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da cláusula XXIV do edital. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar defesa no prazo máximo de 10 (dez) dias. Em razão da pandemia, o acesso aos autos do SEI 0006768-68.2020.6.26.8000, bem como a interposição da peça processual será disponibilizado por meio eletrônico ao interessado direcionado ao e-mail [pregoeiro@tre-sp.jus.br](mailto:pregoeiro@tre-sp.jus.br).

São Paulo, 8 de junho de 2020.  
RICARDO MENDONÇA FALCÃO  
Pregoeiro

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE SECRETARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

##### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 10/2020

Fica homologado o procedimento licitatório nº 0009780-20.2020.6.25.8000, referente ao Pregão 10-2020 - Eletrônico, destinado à contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro de imóveis, tendo como adjudicatário o licitante vencedor do respectivo item do certame, conforme ata constante dos autos e disponível no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

CRISTIANE MOURA DE Figueiredo Dêda  
Assistente da Seção de Licitações

(SIDEC - 10/06/2020) 070012-00001-2020NE001000

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0009843-88.2020.6.27.8000, Credenciamento nº 19/2020. Objeto: prestação de serviços na área de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicoterapia, Supervisão para Método ABA/Denver, Atendente Terapêutico. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: INSTITUTO DESENVOLVER - FONOAUDIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL EIRELI (CLÍNICA DESENVOLVER), CNPJ nº 29.185.851/0001-38. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 09/06/2020. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristiane Regina Boechat Tose, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Kessley Azevedo Fonseca.

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020 - UASG 70027

Nº Processo: 0004203-75.2018. Objeto: Registro de preço para aquisição de licenças de software para uso especializado de editoração gráfica, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/06/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Teotônio Segurado, 202 Norte, Conjunto 01 Lotes 01/02, Plano Diretor Norte - Palmas/TO ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70027-5-00045-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70027-5-00045-2020). Entrega das Propostas: a partir de 12/06/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 25/06/2020 às 15h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

LILIA RACHEL BARROS ROCHA  
Técnico Judiciário

(SIASGnet - 09/06/2020) 70027-00001-2020NE000146

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI-EPP; a) espécie: 1ª TA ao contrato de empreitada por preço global para prestação de serviço de suporte técnico on site em 2 centrais telefônicas Alcatel, modelo OmniIPCK Enterprise, Instaladas no Fórum Ministro Arnaldo Süssekind e no Edifício Marquês do Lavradio (Proc: 8075/2019); b) fund. legal: cláusula quinta do pacto inicial; c) objeto: prorrogação do prazo de vigência contratual; d) impacto orçamentário: R\$ 5.833,33, para o exercício de 2020, R\$ 42.000,00, para 2021 e igualmente para o de 2022 e R\$ 15.166,67 para 2023; e) vigência: 11/11/2020 a 10/05/2023; f) assinam em 02/06/2020 o Sr. Luís Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. Emerson Domingues de Oliveira, pela Contratada.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302020061200098

98

Documento assinado eletronicamente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,  
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

